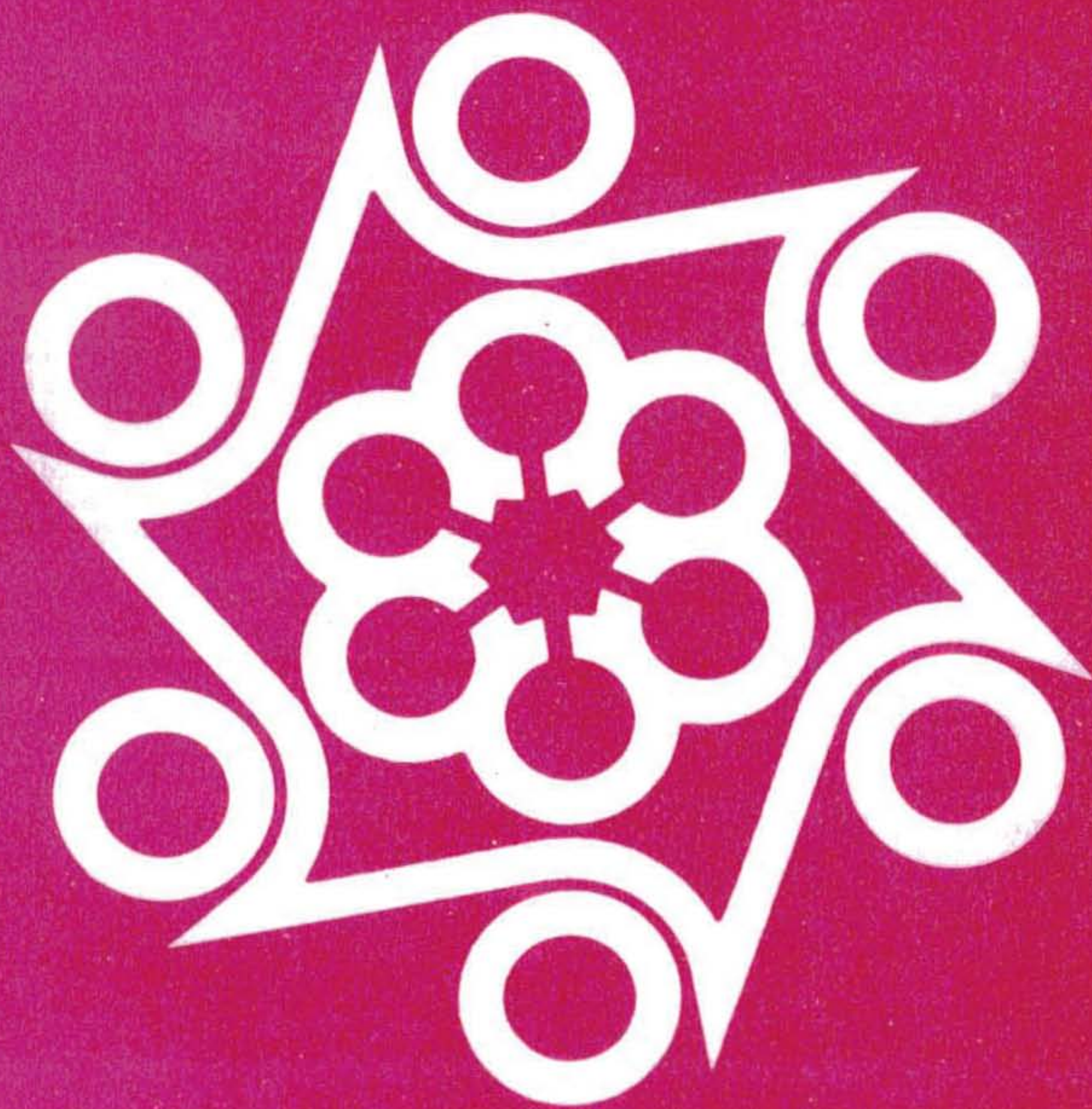


convergência

OUT — 1988 — ANO XXIII — N.º 216



- **VR E IGREJA PARTICULAR. REFLEXÕES PARA O MOMENTO ATUAL** — Dom Valfredo Tepe — página 459
- **FORMAÇÃO PARA A MISSÃO**
Pe. José Antônio Netto de Oliveira, SJ — página 483
- **AS CEBS E OS DESAFIOS DA EVANGELIZAÇÃO**
Faustino Luiz Couto Teixeira — página 499

CONVERGÊNCIA

Revista da
Conferência
dos Religiosos
do Brasil: CRB



Diretor-Responsável:

Ir. Claudino Falquetto, FMS

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação:

Pe. Ático Fassini, MS

Pe. Cleto Caliman, SDB

Ir. Delir Brunelli, CF

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1988

Brasil, taxa única:

terrestre ou aérea..... Cz\$ 750,00

Exterior: marítima..... USS 38,00

aérea..... USS 48,00

Número avulso..... Cz\$ 75,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 — Benfica — 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 — São Cristóvão — 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — Centro — 25685 Petrópolis, RJ.

Nossa capa

Peça, engrenagem, força. Em outro patamar, a intenção fundamental: **pessoa, comunidade, sociedade**. É óbvio, não é obra de arte, arte retiniana, formas agradáveis aos olhos. É, sim e sobretudo, um jogo de idéias. O interesse está menos no produto visual; menos no seu aspecto decorativo; mais na leitura da imagem, do signo-símbolo. Ser o que se é — pessoa — ou ser meramente peça na engrenagem do sistema? Toda vida verdadeira é encontro. Na relação interpessoal se desenvolve a personalidade e se adquire a identidade. Como, então, experimentar-se,

de maneira característica, uma individualidade precisa e não individualista? Como ser comunidade sem despersonalizar-se ou despersonificar-se? Afirmar e respeitar os valores do grupo como pluralidade psicológica ou as suas exigências de unidade sociológica, matriz de padronização institucional? Pessoas em comunidade, sempre fonte de tensões. O grupo é realidade conflitiva. Não se pode desconhecer o realismo das diferenças. E, no entanto, individualidade sem o sentido de pertença ao grupo não amadurece vocacionalmente. Comunidade sem o sentido de individuação é tentativa equívoca de sentir-se pessoa. Na busca de um ajustamento dinâmico para esta dialética existencial, **CONVERGÊNCIA** ajuda a evitar a emergência de excessos, a desabrochar experiências amadurecedoras, a evoluir, pouco a pouco, para uma situação de discernimento e de autonomia consubstanciadas pela fé. Só a fé combina este dualismo aparentemente contraditório: **Pessoa e Comunidade**, sublinhando a certeza de uma crescente integração. A nossa vocação é de comum união com JESUS CRISTO, a dimensão personalizante e comunitária de nosso futuro (1 Cor 1, 9). Nesta perspectiva, mensalmente, **Convergência** quer lhe dizer: hoje já é o ensaio da realidade do amanhã (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL..... 449

INFORME DA CRB 451

VIDA RELIGIOSA E IGREJA
PARTICULAR. REFLEXÕES
PARA O MOMENTO ATUAL

Dom Valfredo Tepe 459

UMA NOVA CATEQUESE:
PREPARANDO O V CENTENÁRIO
DE EVANGELIZAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Frei Bernardo Cansi, OFM Cap 471

FORMAÇÃO PARA A MISSÃO

Pe. José A. Netto de Oliveira, SJ 483

AS CEBS E OS DESAFIOS
DA EVANGELIZAÇÃO.
NOTAS PROVISÓRIAS

Faustino Luiz Couto Teixeira 499

O RETIRO ESPIRITUAL

Pe. Patrick J. Leonard, CSSp 510

EDITORIAL

Em sua Mensagem para o Dia Mundial das Missões de 1988, a 16 de outubro, o Pastor Universal do Povo de Deus, João Paulo II, dedica sua reflexão à "presença e influência de Maria na missão universal da Igreja". Essa missão, como o próprio Papa afirma, "consiste na proclamação da Boa Nova da salvação".

Maria, a Mãe de Jesus, é a primeira discípula e a primeira missionária de seu próprio Filho. A primeira a Nele crer. Por isso, por sua fé foi proclamada bem-aventurada. "A sua vida foi um caminho e uma peregrinação de fé em Cristo, na qual Ela precedeu os discípulos e precede sempre a Igreja".

Dai porque, Maria é uma presença necessária à própria Igreja em sua missão. "Onde quer que a Igreja desenvolva a sua atividade entre os povos, a atividade missionária, Maria está presente: presente, cooperando como Mãe na regeneração e formação dos fiéis; presente, como Estrela da evangelização, ... para guiar e confortar os arautos do Evangelho e sustentar na fé as novas comunidades cristãs, nascidas do anúncio missionário, com o poder da Palavra e a graça do Espírito Santo".

Maria também é o "modelo de consagração e missão". Na verdade, "a Igreja, na sua vocação e solicitude evangelizadora, to-

ma como exemplo e estímulo a Maria, a primeira evangelizada e a primeira evangelizadora. Ela acolheu com fé a Boa Nova da salvação, transformando-a em anúncio, canto, profecia. Ela deu a todos os homens a melhor diretiva espiritual que eles jamais tinham recebido: Fazei tudo aquilo que Jesus vos disser. Na escola de Maria, a Igreja aprende a consagrar-se à missão".

À Igreja, como um todo, é conferido o mandato que o Senhor Ressuscitado deu aos apóstolos: Ide pois, e fazei meus discípulos todos os povos (Mt 28,19). E se a messe é grande, poucos são os cultivadores. Dai a necessidade de que "a Igreja prepare sempre novas gerações de apóstolos e torne mais intensa a oração e o esforço para que em toda a comunidade cristã se tornem mais numerosas as vocações missionárias". Pois, "se é verdade que, conforme afirma o Concílio, é confiada a todos os discípulos de Cristo a difusão da fé", também é verdade que para tanto, "são sobretudo responsabilizados aqueles que o Senhor, por meio do Espírito Santo, chama através da vocação missionária" nos Institutos que têm como encargo o primeiro anúncio do Evangelho.

Por isso, "é motivo de conforto, de esperança e de agradecimento ao Senhor o fato de se multiplicarem os serviços missio-

nários das Igrejas particulares", tanto da África e da Ásia, quanto da América Latina, para ajudarem as Igrejas irmãs mais necessitadas. Isso demonstra seu "autêntico espírito católico e missionário".

Pois bem, esses "arautos do Evangelho, muitas vezes ignorados, esquecidos ou perseguidos, que gastam a vida na vanguarda da missão da Igreja, encontram um modelo perfeito de dedicação e fidelidade em Maria que se consagrou totalmente como Serva do Senhor à pessoa e obra do Filho".

O Papa, no Dia Mundial das Missões, presta calorosa homenagem a todos esses operários da vinha do Senhor, pelo "empenho generoso e, mesmo nos nossos dias, heróico até o martírio, dos missionários e missionárias espalhados por todos os continentes". A eles e "a todas as Famílias religiosas e seculares, masculinas e femininas, dedicadas à missão como componente fundamental da sua consagração, uma afetuosa saudação e um vivo encorajamento".

Às vésperas do terceiro milênio da fé cristã, "a Igreja propõe-se renovar e ampliar o seu esforço missionário, para que o anúncio do Evangelho seja levado, com maior eficácia, àqueles povos que ainda o não receberam ou não acolheram". Para tanto, o Papa confia esta esperança a Maria que preparou a primeira vinda do Senhor: "com

a sua mediação materna, que ela obtenha para todo o Povo de Deus uma consciência cada vez mais viva e operosa da própria responsabilidade pelo advento do Reino de Deus, por meio da evangelização missionária".

O mês missionário recoloca portanto, à consciência de todos os cristãos, e de modo especial à dos Religiosos, a questão da MISSÃO, sobretudo diante do apelo do mesmo Papa, para uma NOVA EVANGELIZAÇÃO da América Latina. Os Religiosos são "de certa forma, a memória missionária da Igreja" ("IGREJA: Comunhão e Missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura", Documentos da CNBB 40, nº 128).

CONVERGÊNCIA apresenta:

"VIDA RELIGIOSA E IGREJA PARTICULAR", de Dom Valfredo Tepe, OFM. Toda comunidade religiosa é "comunidade eclesial".

"UMA NOVA CATEQUESE: PREPARANDO O V CENTENÁRIO DE EVANGELIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA", de Frei Bernardo Cansi, OFM Cap.

"FORMAÇÃO PARA A MISSÃO", de Pe. José Antônio Netto de Oliveira, SJ.

"AS CEBs E OS DESAFIOS DA EVANGELIZAÇÃO — Notas Provisórias", do Prof. Faustino Luiz Couto Teixeira, Professor de Teologia na PUC/RJ.

Pe. Atico Fassini, MS

I N F O R M E

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE MARISTELLA 50 ANOS NO BRASIL

A Congregação das Irmãs Franciscanas de Maristella, fundada em 1258 em Augsburg-Alemanha, celebra este ano o jubileu de ouro de sua presença no Brasil, pois em julho de 1938 chegou o primeiro grupo de irmãs para a cidade de Timbaúba, em Pernambuco. Ao longo destes 50 anos de caminhada, a Congregação dedicou-se à educação da infância e juventude nas escolas, a obras sociais, destacando-se o trabalho na área de saúde e atendimento ao menor carente, e vai se tornando sempre mais solidária com os pobres, sobretudo através de comunidades inseridas nos meios populares. No Brasil, conta atualmente com 14 comunidades, assim distribuídas: dez em Pernambuco, uma no Rio Grande do Norte e três no Pará, sendo um total de 81 irmãs e 5 noviças.

Acontecimentos importantes estão marcando este ano jubilar:

1 — Mudança para a inserção de uma comunidade no Pará e fundação de uma nova comunidade inserida, também no Pará (Santarém).

2 — A transferência da Casa do Noviciado do Centro do Recife para um

bairro pobre da periferia de Olinda — PE.

3 — A Congregação que, no Brasil, ainda era Região, passou a província.

4 — E no mês de julho, ponto alto das celebrações, será feito um estudo do carisma de nossa Congregação, que ora se acha empoeirado, ora revigorado, após uma caminhada de 730 anos (50 no Brasil).

Após o estudo do carisma e retiro pregado pelo mesmo assessor (Pe. Spencer-SJ), haverá mais um Capítulo para estudo e reflexão da caminhada e das Constituições, à luz do Evangelho, do carisma da Congregação e dos apelos de Deus no hoje da história.

Portanto, a Congregação Franciscana de Maristella pede que todos os seus irmãos e irmãs da caminhada façam parte do mutirão de súplicas ao Espírito Santo e de louvor e agradecimento a Deus por tudo o que vem operando através desta Congregação, ao longo de sua história.

Recife, 18 de maio de 1988.

Secretaria Provincial

**50 ANOS DAS
FRANCISCANAS DE
INGOLSTADT NO BRASIL**

Um Jubileu é sempre ocasião de convidar os irmãos a agradecerem a Deus pelo bem que Ele fez no passado: em nós, através e "apesar" de nós. E é também o momento de fazer uma revisão.

A Congregação das Franciscanas de Ingolstadt é um ramo pequeno, mas muito antigo e original, da grande árvore franciscana. Começou em 1276, na cidade de Ingolstadt/Alemanha, à beira do lendário rio Danúbio. Duas mocinhas, ricas e nobres, deixaram família e riquezas para começar uma vida dedicada a Deus, acolhendo em sua casinha pobre os abandonados, doentes e moribundos. Obedientes à Igreja, modelaram a sua vida mais livre e espontânea, através dos séculos: aceitando a Regra da Terceira Ordem, tornaram-se Franciscanas e, pela clausura rigorosa, monjas. Entenderam mais tarde que Deus as chamava, através da secularização, para a educação da juventude; e, pela opressão do governo nazista, para um apostolado novo em terras brasileiras.

Pela leitura atenta desta história de 712 anos de vida religiosa, percebemos o valor da tradição: a fonte do franciscanismo com sua espontaneidade e liberdade, a sujeição à Regra e à direção espiritual, a obediência à Igreja na voz do Papa, e intuindo, nos sinais dos tempos, o chamamento de Deus para novo apostolado em outros países.

Chegando ao Brasil em 1938, as irmãs alemãs trabalharam primeiramente no interior de Minas na escola, no internato, e especialmente na paróquia e no hospital, com o povo pobre, que se abriu aos seus corações e as encantou. Atenderam, no entanto, ao conselho de missionários: diziam eles que a Congre-

gação deveria fixar-se também em uma grande cidade. Hoje, as irmãs dirigem em São Paulo um Colégio que leva a educação cristã não apenas aos 2.500 alunos e suas famílias, mas irradia-a no bairro, na paróquia, na escola paroquial, em hospitais e favelas, como também numa escola para pobres na periferia e um orfanato. Com a construção da Transamazônica, foi pedida a presença das irmãs nessa região. Elas vivem em três pequenas comunidades, trabalhando com as CEBs ao longo da Transamazônica e do rio Xingu, assistindo o povo sofrido em meio de tantos conflitos. Fora destas três comunidades no Pará, exclusivamente engajadas na pastoral de crianças, jovens e adultos, as 12 comunidades das Franciscanas de Ingolstadt no Brasil, espalhadas pelo Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais, se dedicam sempre aos trabalhos nas escolas, em conjunto com a pastoral em todos os sentidos, ao nível de diocese e paróquia. No Paraná, foi iniciado o trabalho num asilo de velhos carentes.

Neste Jubileu, podemos dizer: "Durante o passado, o Senhor sustentou-nos e amparou-nos constantemente" (Is 63,9). Por isso podemos e devemos olhar com confiança para o futuro, pensando numa inserção mais radical entre os pobres e doentes. "Se Deus é por nós, quem será contra nós?" (Rom 8,31). As Franciscanas de Ingolstadt celebraram seu Cinquentenário no Brasil a 10 de julho de 1988.

Franciscanas de Ingolstadt

FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA

As irmãs Franciscanas Missionárias de Maria chegaram ao Brasil em 1925,

na pequena vila de Tefé, no interior do Estado do Amazonas. Eram 7 irmãs de 7 nacionalidades. Ali, iniciaram o que seria futuramente a "Missão S. Miguel", dependente do Governo Geral estabelecido em Roma.

Pequeno atelier de bordado e de costura, escola, internato e pensionato, para atender às jovens sem escola e sem trabalho, serviço de enfermagem num precário posto médico, eis algumas das atividades que as primeiras Irmãs empreenderam quase sem recursos.

Anos mais tarde, outras frentes missionárias foram abertas pelas F.M.M., desta vez no Rio de Janeiro e em São Paulo. Aos poucos foi se ampliando a "Missão São Miguel" que passou a província São Miguel em 1950. Daí em diante não cessou de crescer, com a entrada de jovens vocações do país e com a chegada de novas missionárias dos mais diversos recantos do mundo, especialmente da Europa, pois o Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria tem caráter eminentemente internacional. No início, o Brasil era anexado à Província da Argentina, juntamente com o Uruguai.

Em 1960 separa-se destes dois últimos países e constitui uma nova província junto com a Guiana Francesa. No capítulo provincial de 1972, nova reestruturação: a Guiana Francesa passa a ser uma nova província do Instituto. O Brasil, incluindo comunidades de Norte a Sul, continua sendo a província São Miguel. Porém, num país de dimensões continentais como é o nosso, e de regiões tão diferentes, logo se percebeu que a provincial, por mais dinâmica que fosse, não chegava a atender a essa enorme província.

Foi então que se procedeu a um longo processo de discernimento que culminou com a reestruturação em duas províncias: Brasil — Sul, sob o patrocínio de São Miguel; Brasil — Norte, sob a proteção de Nossa Senhora Aparecida.

Agora, as Irmãs da Região Norte, justamente na Região onde o Instituto se enraizou há 63 anos, formam uma só província contando atualmente 44 membros. Nossa missão continua a ser como outrora, testemunhas do amor e da misericórdia de Deus, sobretudo junto aos mais necessitados, através de variadas atividades.

Atuamos na Arquidiocese de Manaus e na Prelazia de Tefé, vastíssima região cortada pelo Rio Amazonas, no trecho denominado Solimões e alguns de seus maiores afluentes como o Japurá e o Juruá. "A messe é grande e os operários são poucos" (Mt 9,37).

Estamos aqui respondendo aos apelos da Igreja Local, sabendo que é muito pouco o que podemos oferecer, mas que não nos exclue da missão de testemunhar a Igreja Missionária, na riqueza da interação: dando e recebendo, com a mesma coragem e discernimento das missionárias que nos precederam.

"Como artesãs da paz e reconciliação, nós trabalhamos para tornar o mundo mais justo e mais humano, a fim de chegarmos com todos à libertação total no Cristo" (Const. Cap. IV, 38).

Secretaria Provincial

CERNE XXXVII

Em terras catarinenses, BRUSQUE — a Cidade dos Tecidos — aconteceu a

XXXVII sessão do Centro de Renovação Espiritual (CERNE).

A Casa de Retiros Padre Dehon, pertencente aos Padres do Sagrado Coração de Jesus, abrigou durante 47 dias, 40 religiosos de 33 congregações, com a idade de 44 a 75 anos.

Durou de 8 de fevereiro a 25 de março de 1988.

Eram 2 sacerdotes, 5 irmãos e 33 irmãs, todos dispostos a acolher os conteúdos, exercícios e práticas do CERNE, a fim de se atingir os objetivos propostos pela CRB, tendo-se em vista os medos e as expectativas do grupo ali reunido.

Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger — brusquense e Bispo auxiliar de Florianópolis — e a Equipe Diretiva da Regional marcaram presença na Celebração Eucarística de abertura e a todos animaram com sua palavra amiga e oportuna.

Sucederam-se professores e orientadores conforme cronograma estabelecido. Todos foram bem aceitos pelos cernistas que sempre presentes, atentos e abertos acompanhavam as colocações e sugestões, através do diálogo e entrevistas, leituras pessoais e oração. Vieram eles de Porto Alegre, Belo Horizonte, Florianópolis e cidades vizinhas a Brusque.

Vivendo em pleno Ano Mariano, peregrinos de Maria, os cernistas estiveram presentes por ocasião da vinda da Virgem de Fátima, à cidade e à paróquia de São Luiz de Gonzaga. Num sábado foi celebrada a Eucaristia no Santuário de N. Sra. do Caravaggio, na peregrinação feita até Azambuja.

Graças à iniciativa do ecônomo da Casa de Retiros Padre Dehon, a visita a uma das tantas fábricas de tecidos, em Brusque, ofereceu a todos uma ótima ocasião para um contato com a realidade do operário e da indústria têxtil local.

O passeio comunitário a Florianópolis propiciou a muitos, além de uma belíssima paisagem — própria do litoral catarinense e da ilha — visitas a lugares turísticos de importância histórica, cultural e religiosa.

Nota-se que tudo no CERNE — mormente os grupos de vivência e o retiro final — ajuda a todos e a cada um a se encontrar, se aceitar e a assumir com novo entusiasmo seus compromissos como consagrados e como membros atuantes da Igreja de Cristo, num mundo como o nosso: cheio de desafios, sim, mas grávido dos dons do Espírito do Senhor, profusamente derramado sobre os discípulos fiéis.

Se, em Brusque, foram apenas 40 os contemplados com essa experiência de vida religiosa, em Belo Horizonte são 60. Mesmo assim, outros tantos não puderam aproveitar dessas oportunidades, por falta de vaga. Para a XXXIX sessão, em Salvador, quase uma centena de inscritos!

Louvemos ao Senhor, por tanta fome e sede de justiça em tantos corações consagrados!

Possam todos os que já gozaram desse privilégio aproveitar sempre a graça que lhes é dada em abundância e, no pós-cerne, perseverantes no batente de cada dia, produzir muitos frutos de salvação em suas comunidades, províncias e congregações, para o crescimento do Reino de Deus.

E que a Boa Mãe, Maria, os proteja, os abençoe e os auxilie no seguimento de Jesus Cristo.

Ir. Maria de Lurdes Gascho, CF
Diretora do CERNE

Ir. Jorge Moreira Ribas, FMS
Diretor do CERNE

PRO FOCO III

SEGUNDA ETAPA

A realização da segunda etapa do PRO FOCO III (Programa de Formação para Contemplativas) se deu no mês de abril, de 07 a 27, no Convento Madre Regina, em Petrópolis.

Participaram 26 religiosas contemplativas, de diferentes Ordens: Capuchinhas, Clarissas Capuchinhas, Carmelitas da antiga observância, Concepcionistas, Benedictinas, Passionistas, Redentoristas, Sacramentinas e Visitandinas.

Esta etapa, centrada sobre a "pessoa humana", ofereceu às participantes a oportunidade de um melhor conhecimento pessoal, através das aulas e dinâmicas coordenadas por Irmã Maria da Conceição Galvão, franciscana hospitaleira, com o conteúdo de "Psicologia do Crescimento Integral". Foram oito dias intensos e ricos que possibilitaram a todas um ensaio de retomada dos elementos básicos da formação da própria personalidade, numa tentativa de integração harmoniosa.

Os oito dias seguintes foram conduzidos pelo Pe. Clovis Piazza, S.J. que, ao mesmo tempo, ofereceu os elementos básicos para uma "Relação de Ajuda" e esteve à disposição das partici-

pantes para entrevistas e prática dessa mesma relação. Todas souberam avaliar a importância desse curso, uma vez que, nos Mosteiros, cada religiosa é chamada, por sua própria vocação, a atender, a escutar, a ajudar as pessoas que as procuram em suas diferentes situações de vida, na certeza de encontrar o acolhimento e a compreensão de seus problemas, dificuldades e sofrimentos.

Os três últimos dias foram acompanhados por Madre Mectides Vilaça Castro, OSB, Abadessa de Olinda. Ela deu muito de sua experiência nesse contato com as Irmãs, tentando rever com elas a "Vivência Comunitária da Religiosa Contemplativa" em seus diferentes aspectos.

Frater Henrique Cristiano José Matos, CFMM, introduziu esses dias de trabalho, fazendo a "Revisão Metodológica", com uma avaliação da tarefa a ser realizada entre os meses de setembro/87 e abril/88:

A elaboração de um trabalho relativo a uma das matérias da primeira etapa.

A transmissão do conteúdo nas comunidades.

Segue, apenas, a citação de um texto de avaliação de uma das participantes:

"Esta etapa significou para mim um grande enriquecimento. Parece-me que a psicologia nos ajuda a crescer na vida pessoal e, conseqüentemente, na vida comunitária, pois nos dá melhor compreensão dos diversos comportamentos que podemos encontrar.

Espero, com a ajuda do Espírito Santo, tirar proveito dos ensinamentos e aplicá-los no relacionamento com mi-

nhas Irmãs. A parte de "relação de ajuda" vai me ajudar muito porque sou porteira e às vezes aparecem pessoas expondo seus problemas".

Assim, a CRB continua no seu empenho de colaborar, também com as religiosas contemplativas, na linha de sua formação permanente. O grupo, cada vez mais irmanado pela convivência desses dias de estudo, aprofundamento, busca, oração e partilha, voltou para as comunidades já se preparando para a terceira e última etapa desse PRO FOCO, que se realizará em setembro/outubro.

Ao mesmo tempo, atendendo às solicitações constantes das religiosas que participaram dos PRO FOCO I e II, a CRB já está organizando um reencontro para esses grupos, provavelmente para o mês de abril de 1989. Neste as religiosas serão atendidas em suas aspirações de maior aprofundamento de um destes três aspectos: "Formação da Consciência Crítica", "Direção Espiritual" ou "Ajuda Psicológica".

Ir. Elza Ribeiro
Assessora da Diretoria

SEMINÁRIO DE DIREÇÃO ESPIRITUAL

De 04 a 15 de abril, 1988, a CRB promoveu em Salvador, BA, o 2º Seminário Nacional de Direção Espiritual, com 47 participantes representando 35 Congregações femininas e 07 masculinas e 11 Regionais da CRB, mais um padre diocesano.

A coordenação do Seminário ficou ao encargo do Pe. William Barry, SJ, o mesmo que coordenou o 1º Seminário

em Belo Horizonte em julho de 1985. Pe. Barry é co-autor com Pe. William Connolly, SJ, do livro: "A Prática da Direção Espiritual" (Ed. Loyola, 1985). Formaram parte da equipe dele os Pes. Patrick Leonard, C.S.Sp. (CRB Nacional) e Walter Conlan, SJ (CRB Salvador).

Desde o início foi notável o clima de fraternidade que cresceu ao longo dos 11 dias do Seminário. Mais da metade dos participantes eram Cetepistas e a grande maioria trabalha na formação. Muitos tinham participado no 1º Seminário ou de um ou mais Seminários Regionais de Direção Espiritual. No primeiro dia formou-se uma equipe de apoio como nexos permanentes entre a equipe de coordenação e os participantes.

A dinâmica incluiu oração individual sobre temas e textos escolhidos; partilha, direção espiritual, elaboração por escrito de entrevistas, supervisão mútua em grupos de três; apresentação de entrevistas e supervisão em grupos de 15; plenários para debate e esclarecimentos de dúvidas; períodos de "conversa livre"; tarefas diárias; colocações sobre temas fundamentais. Estas últimas foram dadas pelo Pe. William num ritmo de uma por dia em língua portuguesa: no início, já que o Pe. William tinha passado pouco tempo no Brasil, com muita hesitação; no fim, com bastante fluência.

O trabalho foi intenso mas o espírito de busca, da escuta (de Deus e do outro), de alegria dos participantes, o entrosamento e simplicidade dos membros da equipe, a variedade de dinâmicas eram tão fortes que ninguém se cansou. O dia de passeio pelas maravilhas de Salvador organizado pela equipe da

CRB Regional (Irmã Raquel e Irmã Maria Luiza) ajudou muito a este respeito. As liturgias eram simples mas bem integradas no ritmo de cada dia. Ponto alto foi a Missa à moda baiana na última noite, seguida por uma festa de despedida, também bem baiana, com muita criatividade.

Todos saíram com a convicção de que a experiência de Deus que leva a um relacionamento íntimo com Ele, é a "chave de ouro" que dá vida e esperança àqueles que lutam pela chegada do Reino de justiça e paz, tão desejado mas tão lento a ser realizado; com a convicção também de que uma Direção Espiritual que ajuda as pessoas a tomar consciência desta experiência e aprofundar o relacionamento, é um instrumento indispensável da caminhada.

Já temos notícia de quatro grupos regionais de participantes que vão reunindo-se mensalmente para supervisão mútua de Direção Espiritual, dando continuidade assim ao Seminário. Dois dos participantes tomaram parte na equipe do Seminário que o Pe. Patrick Leonard coordenou para formadores da Vida Religiosa e de Seminários Diocesanos em Goiânia nos dias 02-06 de maio.

Achamos interessante publicar as sugestões que os participantes deixaram para a CRB Nacional e as Regionais, no fim do Seminário:

Sugestões do Seminário para a CRB Nacional em relação à Orientação Espiritual:

01. Continuar a animar, organizar Seminários nas Regionais para a formação de OE (20).

02. Providenciar reciclagem periódica para os participantes deste Seminário, dando continuidade e aprofundamento (10).

03. Ibid. com o Padre William Barry em 1989 (Seminários no Nordeste e no Sul).

04. Manter comunicação com os participantes do Seminário, enviando artigos, bibliografia, um folheto com informações sobre cursos, etc. (6).

05. Motivar os Superiores Maiores para a importância da O.E., p.e. na Assembleia Nacional da CRB.

06. Estimular nas Regionais a formação de grupos de supervisão, partilha de experiência na O.E.

07. Informar os Bispos (CNBB Nacional e Regionais) sobre os Seminários oferecendo vagas para diretores de Seminário, leigos engajados, etc.

08. Incentivar pessoas para fazer CRD (Curso de Cambridge).

09. Dar mais vagas nos Seminários Nacionais para os lugares mais afastados.

10. Montar uma equipe nacional (tipo GRS, GRF) em relação à O.E.

11. Ter uma ou duas mulheres na equipe.

Sugestões para as Regionais da CRB

01. Onde não houve Seminário de OE, promover uma 1ª Etapa para a Formação de OE nesta linha (17).

02. Onde houve uma 1ª etapa, promover etapas posteriores (16).

03. Incentivar a formação de grupos de supervisão e partilha de experiências da OE.

04. Comunicar as possibilidades de treinamento aos Bispos e diretores de Seminários diocesanos.

05. Divulgar literatura e bibliografia em relação à OE.

06. Motivar os Superiores Maiores para a importância da prática da OE.

07. Incentivar mais os religiosos para participarem nos Seminários.

08. Promover retiros orientados intercongregacionais.

Pe. Patrick J. Leonard, CSSp
CRB Nacional

CAMINHADA MARIANA

Neste ano Mariano, durante o mês de maio, a Regional de Curitiba organizou uma visita especial para os Setores da Cidade. Nossa Senhora Aparecida, uma imagem para cada Setor, percorreu as diversas comunidades, acompanhada de uma celebração e o texto: "COMUNIDADE NEGRA" do Pe. Antonio Aparecido da Silva, para reflexão.

Diante de N. Senhora Aparecida, negra, os religiosos querem celebrar a caminhada com Maria e responder ao clamor do povo negro e a ele se unir na busca da terra prometida, onde se

possa viver sem discriminações, a justiça, a liberdade e a paz. Constava na reflexão as seguintes questões: — De que maneira N. S. Negra se faz presente na nossa caminhada de comunidade? — Deus ouve o grito dos pescadores oprimidos, através de Maria, numa imagem: quebrada, dilacerada, abandonada... negra! Isto nos questiona?

Esta caminhada foi encerrada por uma pequena procissão; os Setores se encontrando na Praça e juntos seguindo, cantando, até a Catedral, que, apesar da chuva, esteve lotada pelos Religiosos de Curitiba. Uma festiva Celebração Eucarística, presidida pelo Arcebispo e concelebrada pelo presidente da CRB/PR, Pe. Edmundo e demais sacerdotes, foi o ponto alto do dia 29 de maio.

Este gesto teve o objetivo de, através de uma expressão de devoção popular, chegar mais perto do povo e unir as comunidades religiosas entre si, e por meio de Maria, renovar a opção por Jesus Cristo hoje.

A caminhada Mariana culminou no dia 21 de agosto, dia do Religioso, festa da Assunção e encerramento do Ano Mariano. Que Maria permaneça conosco e nos ensine a caminhar os caminhos da justiça, da fraternidade e da Paz!

Ir. Antenesca Michelin
Secretária Executiva da CRB/PR

1. Só é válida a fé quando age pela caridade. 2. A verdade não ofende a caridade nem a caridade dispensa a verdade (Pe. Marcos de Lima, SDB).

VIDA RELIGIOSA E IGREJA PARTICULAR

(REFLEXÕES PARA O MOMENTO ATUAL)

Papel do Bispo como do Pároco, mais diretamente responsável pela pastoral orgânica, é convocar e integrar os religiosos e os leigos no esforço sistemático de ação pastoral, sem abafar o Espírito que sopra na diversidade dos carismas.

Dom Valfredo Tepe

O documento "Igreja: comunhão e missão", elaborado pelos bispos do Brasil na última Assembléia geral dirige-se "a todos os irmãos e irmãs, membros das comunidades eclesiais" (Nº 3). O termo "comunidade eclesial" é usado em ampla aplicação: "diocese, paróquia, comunidade de base, família, associação ou movimento" (Nº 89). Tal amplidão foi questionada, mas na votação final foi aprovada e ficou no texto.

Isto tem repercussão para o nosso assunto. Se os agrupamentos das associações e dos movimentos podem reivindicar a denominação de "comunidade eclesial", igualmente, e com mais razão, a comunidade religiosa — seja a pequena local ou a grande de uma Província ou Congregação. Ela pode aplicar a si o que os bispos afirmam das comunidades eclesiais: "Toda comunidade eclesial é, por sua natureza,

ministerial e missionária... É preciso que a comunidade se organize de forma que, no seu conjunto e pela repartição dos diversos serviços ou ministérios, toda ela mereça o nome 'comunidade missionária' " (Nº 90).

A eclesialidade das comunidades religiosas pode ser vista sob um duplo aspecto: de um lado, cada comunidade traz em si a característica da Igreja que é comunhão e missão, ou seja, ela é comunidade missionária. Por outro, toda comunidade está referida à Igreja particular que, junto com a Igreja universal, é "comunidade missionária", por excelência. Sob este duplo aspecto abordaremos agora a vida religiosa, primeiro em geral ("Comunidade missionária") e depois em diversas situações (inserção nas obras; inserção pastoral; inserção missionária "ad gentes").

I — COMUNIDADE MISSIONÁRIA

“Comunhão” e “missão” são constitutivas para a Igreja e são inseparáveis, fecundando-se mutuamente. A comunhão é origem da missão; a missão revela a comunhão. Ambas fazem-nos remontar à origem da Igreja: o ministério trinitário. A íntima união entre as Três pessoas divinas e a missão do Filho e do Espírito Santo são o modelo sublime para a Igreja, comunidade missionária. O Documento dos bispos cita uma palavra do Papa, João Paulo II: “No âmago da autoconsciência da Igreja está a noção de ‘comunio’: em primeiro lugar uma participação pela graça na vida do Pai que nos foi dada por Cristo e no Espírito Santo” (Nº 64).

A missão da Igreja pode-se resumir numa palavra: evangelização. Ora, “evangelização é um chamado para participar da comunhão trinitária” (D.P.218). A comunhão é meta da missão. A relação recíproca é profunda e inseparável. Podia-se questionar sobre qual das duas tem a prioridade. “A primeira tarefa da Igreja, anterior a qualquer outra, é a formação do Povo de Deus e a construção da própria unidade” (Nº 84). Sem este esforço de manter a própria identidade, a evangelização do mundo em breve se diluirá entre outras atividades, talvez mais eficientes em termos imediatos. A unidade do Povo de Deus é já a primeira “ação missionária”. “A sorte da evangelização anda sem dúvida ligada ao testemunho da unidade dado pela

Igreja” (E.N. 77). Mas se esta prioridade se transforma em exclusividade, a própria comunhão está em perigo. Uma Igreja debruçada só sobre si mesma perde vitalidade, torna-se esclerosada e vira foco de desunião. A missão liberta destes perigos.

O que se afirma da Igreja (particular e universal) pode-se aplicar também à comunidade religiosa. Primeiro ela é “comunhão”. É importante que cada comunidade mantenha sua unidade e sua identidade, nucleada em torno do carisma de um(uma) fundador(a), para não se diluir em mil atividades e perder a razão de sua existência. A vida religiosa é por sua existência — sobretudo pela sua visibilidade comunitária — evangelizadora (cf. D.P. 721). Uma equipe de trabalho de dois religiosos ou duas religiosas não substitui o testemunho de vida comunitária dado pelas comunidades, de ao menos três ou quatro membros. É, pois, justo e compreensível o esforço em todas as Congregações de cuidar, em primeiro lugar, da formação da própria unidade. As equipes de formação têm prioridade sobre outras atividades missionárias. Mas também aqui uma preocupação exagerada com a formação da comunidade — para repartir mais tarde o bolo das atividades missionárias — pode se tornar contraproducente. Vão minuar as vocações e pode-se instalar a acomodação e o aburguesamento na comunidade que perdeu o élan missionário.

Depois de refletir sobre a simetria entre Igreja particular e comunidade religiosa em termos de comunhão e missão, podemos ver agora o relacionamento entre elas.

A experiência subjetiva e diuturna de eclesialidade se faz na base, nos pequenos agrupamentos, onde há ainda relacionamento primário. É na comunicação e partilha da fé entre dois ou três que estão reunidos em nome de Jesus, que se experimenta a unidade eclesial: com a cabeça que é Cristo e entre os membros de seu corpo. A primeira experiência eclesial se faz (ou devia se fazer) na infância: no seio de uma família cristã, na "Igreja doméstica", participando da oração em comum desta pequena comunidade. Depois vêm os agrupamentos catequéticos, os grupos de jovens, grupos de movimentos; em seguida se inicia a fundação de uma nova Igreja doméstica ou ingressa-se numa "família" religiosa.

A relação com a Igreja particular (geralmente através da paróquia) e da Igreja universal não tem o mesmo cunho vivencial intenso e diuturno. Os fiéis vêem o bispo na visita pastoral; ao Papa talvez uma vez na vida, numa peregrinação a Roma ou na participação das grandiosas concentrações de fé nas inúmeras viagens que o Papa atual tem empreendido por todos os países.

Mas toda experiência eclesial subjetiva nas pequenas comunidades deve estar ligada à consciência de pertencer à comunidade maior, isto é, à Igreja particular e universal. Todos os fiéis "cumpram com

grande diligência os deveres a que estão obrigados para com a Igreja universal e para com a Igreja à qual pertencem de acordo com as prescrições do direito" (can 209 § 2). É interessante o comentário de Jesus Hortal para este cânon: "A comissão rejeitou a menção explícita da paróquia neste cânon, pedida por alguns". Muitas vezes podemos colocar a paróquia como concretização da pertença a uma Igreja particular; mas não necessariamente. A paróquia é forma histórica variável de eclesialidade o que não se pode afirmar da Igreja particular e da Igreja universal. Por instituição divina, a eclesialidade está ligada constitucionalmente à presença dos apóstolos e seus sucessores. "O bispo é, em cada Igreja particular, princípio e fundamento da unidade da mesma". Por sua vez, "na Igreja particular, constituída à imagem da Igreja universal, encontra-se e opera verdadeiramente a Igreja de Cristo que é una, santa, católica e apostólica"; e esta Igreja universal encontra no Papa o princípio e fundamento de sua unidade (cf. D.P. 654).

Se aceitamos a terminologia da "comunidade eclesial" também para comunidades religiosas e grupos de movimentos e associações, afirmando ainda que estas formas de eclesialidade precisam manter sua referência à Igreja particular (geralmente na concretização local que é a paróquia), podemos prever que a realidade vai apresentar problemas e tensões nesta polarização.

Tensões já houve nos séculos passados entre bispos e Ordens ou Congregações religiosas, sobretudo

em torno da isenção que é uma forma de ligar as atividades dos religiosos mais com a Igreja universal que com a Igreja particular. Algo parecido se repete hoje com os Movimentos supradiocesanos. São interessantes as observações de Mons. Luigi Giussani, fundador de "Comunione e liberazione", numa recente entrevista (Herderkorrespondenz; Maerz 1988, p.123-124): "Onde vive a Igreja? Se a Igreja institucionalmente vive na paróquia, então deviam-se julgar os católicos que, como nós, pertencem a um movimento, segundo a contribuição que aportam à vitalização da paróquia. Para isto devem ter a possibilidade de concretizar Igreja na paróquia de tal forma que possam inserir plenamente o seu próprio perfil, o seu próprio carisma". Ele vê possibilidade de atritos tanto a partir de uma concepção estreita do movimento que não consegue evitar o que o Documento da CNBB chama "a atitude quase sectária de quem se pretende detentor da única forma válida de seguir e servir a Cristo" (Nº 94) como, por outro lado, na concepção acanhada de paróquia que quer centralizar e controlar tudo, impedindo um fecundo entrosamento. Uma visão renovada da paróquia e suas atribuições pode facilitar o entrosamento entre Igreja particular e Movimento, respectivamente vida religiosa. De um lado é possível que um Movimento ou uma Congregação se relacione com a Igreja particular em plano diocesano, sem mediação de uma paróquia e, por outro, a paróquia pode evoluir para um tipo mais descentralizado, como já prevê Puebla, concebendo-

se como "centro de coordenação e animação de comunidades, grupos e movimentos" (644).

Papel do bispo como do pároco, mais diretamente responsável pela pastoral orgânica, é convocar e integrar os religiosos e os leigos associados neste esforço sistemático de ação pastoral — sem abafar o Espírito que sopra na diversidade dos carismas. Com certa rudeza comenta o fundador de "Comunione e liberazione" esta necessidade de integração, na citada entrevista: "É despotismo desenvolver planos de pastoral na prancha de desenho e marginalizar todas as forças vivas que o Espírito suscita na Igreja. É só isto que nos interessa. Não temos nada contra planos de pastoral. Queremos a nossa participação neles... através de nossa cooperação na elaboração, revestida de disposição para o compromisso, onde se apresentam vozes e temperamentos diferenciados. E naturalmente nós nos submeteremos à decisão do bispo... Nós somos parte da Igreja, por isto parte da paróquia, parte da diocese. A única coisa que esperamos dos nossos pastores é que aceitem e valorizem a boa vontade e a vitalidade que nos qualifica".

Se a paróquia — e mais ainda a diocese — tem função de Igreja em certo sentido integral (cf. D.P. 644), isto não quer dizer "sentido auto-suficiente e avassalador". É mais exigência de praticar a integração dinâmica de todas as forças vivas existentes nas pessoas e nas diversas comunidades. Creio que dos pastores se exige cada vez mais esta visão ampla de pastoral e a capacidade psicológica de integra-

ção pela acolhida, animação e organização flexível. A consciência de sua missão de "episcopoin", de supervisionar, de não perder de vista tantas forças espontâneas e harmonizá-las dentro de uma caminhada de conjunto, pode provocar angústia nos pastores. Que tal angústia não se transforme em obsessão de centralizar e controlar tudo totalmente.

II — INSERÇÃO NAS OBRAS

Durante séculos a vida religiosa realizou sua eclesialidade — sua característica de comunhão e missão — sem referência expressa e vital com a Igreja particular. O Vaticano II fez a redescoberta da importância da Igreja particular e do papel pastoral e não apenas administrativo do Bispo. A pastoral orgânica tomou destaque e solicita o entrosamento de todas as atividades evangelizadoras.

Como se colocam as Obras das Congregações (Colégios, Universidades, Hospitais etc.) face à pastoral orgânica? A Igreja tem sua estrutura apoiada principalmente sobre o sistema paroquial. Nas grandes cidades, as Obras têm raio supraparoquial. Por exemplo, os alunos de um colégio religioso são de diversas paróquias, como também os professores e funcionários. Se o colégio tem um capelão próprio, está praticamente "independente" da paróquia. Neste caso a exigência de não se fazer a primeira comunhão dos alunos na capela do colégio e sim na matriz, pode parecer como zelo excessivo do pároco pela paroquialização dos fiéis. A pertença

A relação dinâmica entre Comunhão e Missão pode-se designar na vida religiosa com o termo "inserção". A comunidade é missionária: ela está inserida na atividade evangelizadora. Podemos falar de quatro tipos de inserção: inserção nas obras, inserção pastoral, inserção no povo, inserção missionária ("ad gentes").

à Igreja particular pode-se realizar também sem a mediação da paróquia.

Será que a redescoberta da Igreja particular e da pastoral orgânica motivou ou apressou o êxodo de muitos religiosos das Obras tradicionais? Ou foi o cansaço de conviver em grandes comunidades como normalmente as Obras exigem? As Obras continuam válidas? É verdade que há um refluxo para as Obras como consequência de cansaço ou frustração de outros tipos de inserção? Alguns levantam também a volta "à grande disciplina" ou até uma tendência neo-conservadora como motivo de nova valorização da "inserção nas Obras".

Parece-me que as Obras têm representado uma autêntica inserção missionária, exigindo não poucos sacrifícios. As comunidades religiosas, localizadas na própria construção de um colégio ou hospital, marcam real presença na população dos alunos ou dos doentes. A retirada da comunidade para uma área distante pode trazer alguns benefícios para o bem-estar da própria comu-

nidade, mas é uma redução da inserção no ambiente ao qual se quer servir. Facilmente se instala a mentalidade de funcionário que cumpre seu horário, mas fora dele é indisponível. A "presença" humanitária das Irmãs nos hospitais tem muito a ver com o antigo tipo de inserção nas obras.

O Documento da CNBB fala da urgente necessidade de evangelizar a cultura urbana contemporânea, ao lado do apelo de missionariamente abordar a cultura popular e as culturas das diversas etnias (Nº 232). A "missão" dos cristãos e das comunidades cristãs não se refere apenas a povos indígenas, mas também é envio para a "selva de pedras" das nossas grandes cidades onde se implanta, e de onde se irradia para o interior, uma mentalidade descristianizada, secularizada e em grande dimensão atéia. "Urge evangelizar a 'modernidade'. A Igreja não pode cruzar os braços esperando que passe essa 'moda', julgando a cultura da modernidade estruturalmente efêmera. Além de denunciar vigorosamente as idolatrias e mecanismos manipuladores da sociedade moderna, é necessário valorizar e assumir o que ela tem de positivo" (Nº 268).

O mundo urbano não se deixa evangelizar adequadamente com o sistema paroquial. Urge a descentralização geográfica e a nucleação de muitos centros missionários e comunitários onde as diversas categorias de pessoas e os diversos interesses encontrem acolhida. "Levando em conta o contexto social e a experiência já acumulada, devem

ser procuradas formas associativas adequadas: comunidades locais ou de base, associações e grupos, movimentos novos e já tradicionais" (Nº 84). As comunidades religiosas, usando suas Obras como centros de nucleação têm excelente chance de atuarem missionariamente na "modernidade".

Universidades, colégios, hospitais, editoras, dirigidos por comunidades religiosas, representam inserção missionária no mundo urbano contemporâneo e na cultura da modernidade. Se estas comunidades mantêm ao mesmo tempo contato com outras comunidades religiosas (da mesma Congregação), inseridas em outro contexto (no povo ou na pastoral) há possibilidade de levar adiante a "libertação integral", a partir de diversas frentes. Ao mesmo tempo a consciência de estarem comprometidas com a "opção preferencial pelos pobres" preserva as comunidades engajadas na "modernidade" de sucumbir à tentação de aburguesamento e cooptação pela cultura contemporânea.

Pode-se questionar: os religiosos, as Irmãs que permaneceram sempre nas grandes comunidades das Obras, olhando com desconfiança a abertura para outros tipos de inserção missionária, sobretudo em pequenas comunidades inseridas na pastoral ou na vida do povo, terão a abertura e a flexibilidade necessária para renovar missionariamente a sua presença nas obras, no sentido de evangelizar a "modernidade"? Como seria bom se as comunidades religiosas dos diversos tipos de inserção fossem re-

almente vasos comunicantes a partilharem suas riquezas e experiências para o bem de toda a grande comunidade eclesial, que é a Con-

gregação e para o bem da atividade missionária que é uma só, em diversas frentes de batalha: a evangelização.

III — INSERÇÃO PASTORAL

A redescoberta da importância da Igreja particular pelo Vaticano II, e a conseqüente revitalização da pastoral orgânica levou a vida religiosa no Brasil a uma mais intensiva inserção na pastoral das Igrejas particulares. As Ordens e Congregações clericais já têm uma longa tradição neste sentido. Muitas comunidades assumiram a direção de paróquias. Em muitas áreas Congregações religiosas foram pioneiras na implantação de uma Igreja particular, confiando-lhes a Santa Sé o atendimento de uma Prelazia, geralmente sem nenhum clero secular. Em lenta evolução as Prelazias se transformam em dioceses e aparece finalmente o clero secular. As comunidades religiosas têm aí encontrado um campo fértil para sua característica missionária. Os Institutos religiosos "já faz séculos suportam o peso do dia e do calor, devotando-se ao trabalho missionário integralmente ou em parte. Muitas vezes a Santa Sé lhes confiou a evangelização de vastos territórios, nos quais reuniram um novo povo de Deus" (A.G. 27).

Depois do Vaticano II, o espírito missionário tem levado muitas Congregações femininas para a pastoral direta das Igrejas particulares. A tendência missionária renovada se juntou a busca de novas formas de vida comunitária, em estilo de pequenas comunidades e fo-

ra das grandes obras. Geralmente a inserção pastoral se tem feito em áreas mais pobres e de periferia, acolhendo um estilo mais simples e sóbrio de vida.

Muitas Igrejas particulares cresceram pastoralmente com a presença de pequenas comunidades inseridas no meio do povo: nas periferias ou em paróquias vacantes do interior. Não raro assumiram a coordenação de (semi)paróquias ou de setores pastorais diocesanos (Pastoral de catequese, de saúde, da criança etc.). Depois de 20 anos de funcionamento deste tipo de inserção há sinais de questionamento ou de revisão. Trata-se de algo permanente ou transitório? Vida religiosa é marcada pelo cunho missionário em forma de mobilidade. Na linha de S. Paulo e dos primeiros missionários itinerantes os religiosos fundaram Igrejas mas não se fixaram permanentemente nelas. Eles seriam assim a vanguarda da Igreja: nas fronteiras, nos postos avançados, nas áreas carentes ou abandonadas, nos setores críticos e decisivos para a evangelização. As necessidades pastorais das Igrejas particulares têm sido uma dessas áreas necessitadas de urgente auxílio missionário. A situação ainda continua assim em muita parte. Uma saída brusca simultânea de todos os religiosos e religiosas desta inserção pastoral deixaria mui-

tas Igrejas particulares muito enfraquecidas e vulneráveis.

Mas notam-se aqui e acolá questionamentos. De um lado há bispos preocupados com uma rotatividade grande em pequenas comunidades inseridas e encarregadas de trabalhos pastorais. Para as Congregações a mobilidade se justifica por necessidades internas. Será um aspecto de tensão entre comunhão e missão; entre identidade comunitária e empenho missionário? A inserção pastoral num povoado, ou numa paróquia, não se realiza em dois anos. E não é a Congregação que assume diretamente a Pastoral, mas as Irmãs que concreta e pessoalmente vão conquistar a confiança e a identificação com o povo. O que cada Irmã consegue pessoalmente não se transfere automaticamente às substitutas que a Congregação manda. Acontece que o próprio povo reclama, mandando comissões à Madre Provincial para não mudar tantas vezes as Irmãs das pequenas comunidades inseridas pastoralmente.

IV — INSERÇÃO NO POVO

O questionamento da inserção pastoral leva à busca de outras formas de inserção, desligadas de responsabilidades pastorais diretas. Para algumas Irmãs, a "inserção pastoral" não é verdadeira inserção; é algo espúrio: é preciso buscar uma inserção pura e simples.

A inserção pura e simples no meio pobre do povo tem como motivação um seguimento mais radical de Cristo, na linha do carisma religioso. O seguimento de Cristo é

De outro lado, há o questionamento das Congregações e das Irmãs. Será esse o nosso trabalho? Nosso carisma, nossa identidade comunitária não está em perigo de ser sufocado pelos trabalhos pastorais? Se entramos missionariamente numa brecha de necessidades urgentes de Igrejas particulares, quando elas nos soltam novamente? Não raro pode também surgir certa frustração e mágoa entre Irmãs que se engajaram com entusiasmo e bons resultados na pastoral quando são convidadas a deixar um campo bem preparado para padres recém-ordenados que assumem a área como párocos. O ideal missionário é bastante forte para caminhar como Abraão em direção de novos campos apostólicos, talvez um distrito menor da paróquia? Ali se repetiria o empenho pioneiro de desbravamento pastoral, com a capacidade própria das Irmãs de conseguir contato pessoal com o povo, uma vez que não estão tão presas à sacramentalização como os padres.

inserido na própria caminhada do povo. A comunidade religiosa se torna presença comunitária e missionária da Igreja no meio do povo. É sinal de esperança e fermento de animação.

A libertação de encargos pastorais parece, de um lado, favorecer o afloramento genuíno do carisma próprio; e do outro, desliga a vida religiosa da dimensão clerical e reaproxima-a à vida dos leigos. Tudo isso pode trazer novas dinâmicas e

novos resultados. Mas também apresenta novos questionamentos. Os carismas acompanham a marcha da história. O carisma original das Ursulinas, por exemplo, talvez esteja bem sintonizado com as hodiernas tentativas de inserção, sem as peias de uma regulamentação conventual ou até monástica. Mas podem-se esquecer ou até anular os efeitos de uma caminhada histórica diferente (por causa de pressões curiais)? Os franciscanos gostariam de voltar a ser uma Ordem não-clerical, seguindo São Francisco e a maioria de seus primeiros companheiros. A Santa Sé não permitiu (ainda) tal reformulação das Constituições.

Igualmente, muitos bispos, de certo, não veriam com bons olhos a transformação de todas as comunidades religiosas, inseridas na área e na atividade pastoral das suas Igrejas particulares, em comunidades inseridas simples e puramente no meio do povo sem trabalhos pastorais (como, por exemplo, os seguidores do Père de Foucauld). Que desperdício — diriam; em vez de ajudar, vão possivelmente complicar a situação.

A aproximação com o povo pode levar a uma identificação sempre maior com o povo e uma crescente "laicalização" dos religiosos. A restrição que os bispos colocaram no Documento "Igreja, comunhão e missão", em referência ao campo político, já não atingiria os religiosos desligados de trabalhos pastorais: "Questões delicadas têm se apresentado quando agentes de pastoral decidem se candidatar a

cargos políticos eletivos, no executivo ou legislativo. A prática eclesial tem mostrado dificuldades em conciliar os dois cargos. O afastamento provisório da missão pastoral, nesses casos, tem sido prática corrente" (Nº 219). Certamente a candidatura de religiosos a cargos eletivos encontraria dificuldades internas na Congregação. Um desligamento da atividade pastoral talvez facilite o engajamento mais ativo nas caminhadas libertatórias do povo — sem comprometer a autoridade eclesial. Todavia, não se pode esquecer que também a pequena comunidade religiosa, inserida simplesmente no meio do povo, está ligada tanto à diocese como à Congregação.

O afã de se identificar com o ambiente, com o povo, isto é, com os leigos, pode levar a um despreço de tudo que é próprio da vida religiosa: carisma próprio, convivência comunitária que exige certo espaço da privacidade, observância dos Estatutos próprios (embora em adaptação à situação "inserida"), vida de oração e vida eucarística. O argumento "os leigos não têm isto e, por isso, nós também não o queremos" — é capcioso. Não se trata de cultivar privilégios ou mordomias, materiais ou espirituais, mas de ser coerente com a opção de vida religiosa consagrada, que é diferente (não: superior) da vida dos leigos não consagrados. Às vezes se argumenta: "As casas das famílias cristãs não têm capela com o Santíssimo. Por que a "família" da comunidade religiosa teria este privilégio?" Oxalá que todos os lares de cristãos engajados tivessem

o direito de ter uma capelinha com a presença de Jesus eucarístico — como antigamente muitos nobres tinham! A comunidade religiosa tem este direito e tem grande necessidade espiritual desta presença para manter sua identidade de consagrada. Por que abrir mão por um malentendido igualitarismo? Na esteira desta tendência exagerada de se igualar em tudo, pode-se chegar a um último questionamento: “Os leigos não têm votos; os leigos casam. Para me inserir totalmente, devo também me casar”.

Por mais que os(as) religiosos(as) queiram se identificar com o povo pobre e sofrido onde se inseriram, nunca podem chegar a uma total identificação. O fato de pertencerem a uma Congregação resulta em diferenças inegáveis. Por exemplo, a formação recebida, a possibilidade de estudar, aproveitada na vida antes da inserção, diferencia de todos que não tiveram esta chance. É uma riqueza que deve ser colocada a serviço do povo, mas não renegada. O fato de ter o respaldo da Congregação na doença, na velhice, nas perseguições políticas, diferencia também de todos que vivem uma situação de pobreza não por escolha, mas por necessidade e opressão. De certa maneira, a comunidade religiosa

permanece na situação de “intelectuais orgânicos” que ajudam o povo onde se inseriu, mas não se identificam totalmente. Nisto, parece-me, se manifesta novamente o estilo “missionário” da vida religiosa: inicia e estimula comunidades e caminhadas, mas sempre parte para novos horizontes.

Também é bom levar em consideração as ponderações do último sínodo sobre os leigos. Aboliu-se praticamente o termo “leigos”; insiste-se no termo global de “cristi-fideles”. Todos os fiéis são chamados à santidade; todos têm o dever tanto de promover a formação do Povo de Deus (Igreja) como de participar da construção de uma sociedade justa e fraterna. A antiga nítida separação entre as tarefas do clero e dos religiosos (ad intra) e dos leigos (ad extra) não se pode mais manter. Os leigos não devem exclusivamente (talvez com certa opção preferencial) trabalhar pela transformação da sociedade, mas também dentro da Igreja devem ajudar na evangelização progressiva do próprio Povo de Deus. Nada mais natural, por exemplo, que leigos e leigas assumam a catequese. Por que então uma comunidade religiosa, inserida no meio do povo, recusaria formalmente todo o “trabalho pastoral”?

V — INSERÇÃO MISSIONÁRIA (“AD GENTES”)

O Documento “Igreja: comunhão e missão” aplica as reflexões sobre esta dupla característica do Povo de Deus a “quatro aspectos fundamentais e urgentes da missão da Igreja: na evangelização dos povos,

no mundo do trabalho, da política e cultura” (Nº 108). Justifica o primeiro aspecto, afirmando: “A missão da Igreja — que abrange todo o seu ser e constitui seu dinamismo essencial — se expressa de um modo

particularmente significativo na missão 'ad gentes', na evangelização dos povos, a tal ponto que 'as missões' se tornaram sinônimo de missão" (Nº 113).

A evangelização dos povos (ad gentes) tornou-se quase uma especialidade, um "privilegio" próprio da vida religiosa. Como "comunidades missionárias" têm qualificação especial para este serviço à Igreja universal. Mas chegou o momento para o Brasil e toda a América Latina de as Igrejas particulares "se projetarem para além de suas próprias fronteiras, ad gentes" (Puebla 368). Neste setor pode haver um fecundo intercâmbio entre Igreja particular e comunidades religiosas. Trata-se de um daqueles "postos de vanguarda evangelizadora" que os consagrados com sua disponibilidade podem assumir "dentro da Igreja particular" (Puebla 771).

Puebla constatou em referência aos religiosos: "Verifica-se uma redescoberta e vivência do mistério da Igreja particular; um desejo crescente de participação, contribuindo com a riqueza do próprio carisma vocacional" (736). Ora, a missão, entendida como evangelização dos povos (ad gentes) é indubitavelmente uma riqueza particular das Congregações religiosas. Se houve nos últimos anos um significativo aumento de missionários enviados "ad gentes", da parte do Brasil, sem dúvida, a grande maioria são membros de Congregações religiosas.

Devem os religiosos se orgulhar deste fato e deixar as Igrejas particulares na sombra? Um dia um bispo me contou, com certo tom de

queixa, que uma Congregação, cuja casa provincial está localizada na sua diocese, fez uma bela festa litúrgica de envio de algumas Irmãs para a África, na capela da casa provincial. Achou ele que esta cerimônia devia ter acontecido na Catedral com a presença do bispo ou na matriz com a presença de todo o povo de Deus. Assim se teria assinalado que aquelas religiosas eram enviadas não apenas por uma Congregação missionária, mas por toda a Igreja particular que quer assumir sempre mais sua participação neste terreno, já que "as missões 'ad gentes' não são facultativo para a Igreja local, mas fazem parte constitutiva de sua responsabilidade" (Nº 117).

De certa forma o bispo tinha razão. Pois de onde tiram as Congregações os seus membros para colocá-los em postos de vanguarda evangelizadora, senão nas Igrejas particulares, das paróquias, das famílias, isto é, das "Igrejas domésticas" que integram as paróquias e dioceses? A nova mentalidade de forte interrelação entre as Congregações religiosas e as Igrejas particulares se evidencia também na maneira como hoje os religiosos procuram manter os laços com suas comunidades de origem. Não faz muito tempo as Congregações, de certa maneira "arrancaram" os vocacionados de sua origem para "aculturá-los" o mais radicalmente possível na nova comunidade religiosa. O intercâmbio por correspondência e visitas era reduzido; às vezes tão radicalmente que religiosos, enviados "ad gentes", nunca mais voltaram à sua terra na-

tal. Os laços com a Igreja local foram cortados. O intercâmbio entre as Congregações e as Igrejas particulares fará incrementar a eclesialidade de ambas, já que as duas são "comunidades missionárias", embora de tipo diferente. Sobretudo a dinâmica missionária "ad gentes" deve se beneficiar desse intercâmbio mais intensivo. A Igreja particular favoreça as vocações religiosas, de forma especial sob o aspecto de serem as Congregações o trampolim normal para o envio de missionários a outros países. Elas geralmente se inserem nos povos de lá, formando comunidades religiosas que sustentam pela vida comunitária a ação missionária, e assim mesmo já dão testemunho evangelizador da Igreja que toda ela é "comunidade missionária". As Congregações, por sua vez, façam as Igrejas particulares participar de suas experiências missionárias, despertando sempre mais nelas o espírito de abertura para este desafio urgente.

No envio "ad gentes" como também no envio a Igrejas necessitadas de recursos humanos dentro do próprio Brasil, a atitude missionária pode ser dupla. Vi isto recen-

temente na disposição diferente de duas Províncias de uma mesma Congregação: uma abriu casas no Nordeste, pensando criar, a médio prazo, uma nova Província; isto é, unir à característica missionária itinerante, transitória, o elemento permanente de uma comunidade eclesial enraizada, no caso, uma Província da própria Congregação. A outra abriu casas em tipo de postos evangelizadores avançados, mas só por um tempo relativo. Os membros enviados voltariam à Província ou seriam mandados para outros pontos de evangelização — sem pensar em lançar raízes na própria área. Isto certamente liberta as Irmãs de se preocuparem com "recrutamento" vocacional e novas estruturas administrativas. A vantagem da outra orientação é uma inserção mais radical para se conseguir uma ramificação da própria Congregação de uma nova área.

Que Deus mande sua bênção e vocações para uma e outra das tendências missionárias na vida religiosa e, não por último, para as casas contemplativas que com sua oração fecundam a ação das ativas. Não é sem rezar que Santa Terezinha foi declarada padroeira das missões. □

Não há tempo a perder

Bíblia — "Irmãos, o tempo é curto", 1 Cor 7, 29.

Leitor — Dentro em breve, tudo mudará. Comedida valorização, portanto, do provisório frente ao futuro que nos aguarda. Imprimir, pois, à própria vida certo ritmo de eternidade, relativizando o que termina com o tempo. Não há tempo a perder (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

UMA NOVA CATEQUESE: PREPARANDO O V CENTENÁRIO DE EVANGELIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

A inculturação é o desafio maior que o catequista, educador da fé, tem perante as incontáveis culturas existentes no Continente. Desrespeitar o pensar, o crer, o esperar, o viver e a cultura de uma comunidade é espezinhar a pessoa humana. É uma das maneiras de matar e eliminar o povo.

Frei Bernardo Cansi, OFMCap.

Após 500 anos de evangelização e catequese na América Latina, é muito bom fazer uma séria revisão dos métodos, estratégias e objetivos usados, alcançados ou não, a fim de renovarmos nossas metas e construirmos uma sociedade mais justa e humana. Toda avaliação exige e suscita crise, que é uma passagem pascal de um tipo de evangelização que mais se ateve aos conteúdos doutrinários e à cultura européia, para uma evangelização respeitosa da cultura e da história do povo latino-americano. As falhas devem ser assumidas com todas as suas conseqüências e com honestidade e humildade. O espírito de conquista, de domínio, de invasão e de desprezo da vida, tradições dos indígenas aconteceu fortemente entre os evangelizadores.

Os aspectos positivos devem ser reconhecidos também. Uma boa re-

visão deve reconhecer além das falhas, os avanços, as conquistas, os acertos no processo de educação da fé e anúncio da Boa Nova. Se da parte de um razoável número de conquistadores usou-se a religião católica para dominar os aborígenes e envolver a Igreja numa ideologia política, houve, por outro lado, missionários que se revoltaram contra a dominação dos sedentos de riquezas e gananciosos do poder. Reconhecemos que não faltaram heróis sinceros, sacerdotes, religiosos e cristãos bem intencionados. Por terem planos de libertação, respeito à cultura e vida dos índios e negros, foram criticados pelos colonizadores. Alguns foram expulsos do Brasil.

Os processos bons sejam salientados. Os maus frutos, a infidelidade ao homem, a instrumentalização do Evangelho e da catequese,

sejam pontos merecedores de reflexão, penitência, reconciliação e humilde conversão.

1. Implantação e inculturação do Evangelho

O processo de fixação pela força, sob ameaças, gerando medo e pavor de Deus, do futuro e da vida, não é mais o modo aceito na evangelização atual. Obrigar os pagãos a se converterem, sob pena de condenação e de perigo da própria salvação, não é mais o jeito do moderno missionário. Não quer dizer que tenha sido este o método usado por todos os evangelizadores. Hoje usam-se métodos mais persuasivos. Mais do que os discursos ameaçadores, procura-se anunciar o Evangelho como a Boa Nova realizadora dos mais profundos anseios humanos. O Evangelho realiza em plenitude as aspirações justas e humanas de todos os evangelizadores.

A evangelização autêntica não desrespeita a cultura dos povos. Parte dela para anunciar o evangelho de Cristo. O evangelizador reconhece que em todas as culturas Deus chegou muito tempo antes do evangelizador. Deus, há séculos, vem semeando valores evangélicos, como o amor, a liberdade, a justiça; vai inspirando a igualdade e o respeito ao irmão. O anunciador do Evangelho mais que um destruidor é um construtor da história de um povo.

Não se sente dono absoluto da verdade. Ou um senhor de todo o bem. Ou o único detentor da visão de Deus e de seu projeto libertador. Ele deve ser sempre um

aprendiz do povo. Após ter sido por muito tempo um discípulo do povo, num processo de inculturação, de diálogo profundo e existencial com a vida, a história, a cultura e valores do povo, percebe que tem algo a comunicar, aperfeiçoando e libertando a cultura do povo de alguns desvios ou contra-valores. Tem a obrigação, à luz do Evangelho, de libertar as culturas de todos os sinais que venham revelar o pecado, a injustiça, o preconceito e coisas semelhantes e contrárias ao plano salvador de Deus e à dignidade humana.

2. Um anúncio e uma fé rejuvenescidos

Quando João Paulo II abriu as portas da celebração do 5º Centenário de Evangelização da América Latina, dia 12 de outubro, em Santo Domingo, local da descoberta da América por Cristóvão Colombo, dando início ao novênio comemorativo deste histórico acontecimento, falou-nos sobre a necessidade de REJUVENESCERMOS A FÉ. Disse: "Ele há de ser o CENTENÁRIO DA FÉ REJUVENESCIDA" (1). E indicou os símbolos suscitadores desta juventude animadora da nova fase, do novo tempo e da nova história da Evangelização. "Com a força da cruz e com a tocha de Cristo nas mãos cheias de amor pelo HOMEM, a Igreja parte para a Nova Evangelização, criando uma NOVA ALVORADA ECLESIAL" (2). Espera-se um novo sol, um novo amanhecer. Mas esta aurora ou madrugada de uma evangelização LIBERTADORA e resgatadora do homem latino-americano

tem de nascer de um parto elaborado ao longo da noite da conversão, da elaboração de novas pistas, não a partir da cultura européia, da mentalidade conquistadora e colonizadora, mas de uma nova, jovem e respeitosa adesão ao pensar do povo. O processo do mistério da Encarnação de Cristo poderá suscitar rumos para a Igreja da Nova Evangelização, à evangelização rejuvenescida e adaptada aos povos latino-americanos.

Diante disso, o melhor evangelizador para a América Latina é um latino-americano engajado e comprometido com o Continente e seu povo. Temos que formar nossos próprios evangelizadores, fiéis ao seu tempo e às exigências da realidade em que as comunidades vivem. Não basta aprender ou ter o mesmo idioma. É preciso ter e compreender a LINGUAGEM e o mistério de cada povo. Este mergulho profundo e rico se faz ao longo de muitos diálogos, respeito e amor pelos simples e empobrecidos do Continente. Vê-se que a dificuldade não está no povo, está no evangelizador que vive seu mundo cultural, separado, ao lado da vida de seu povo. A separação da vida do povo é a maior heresia do evangelizador. Poucas heresias doutrinárias foram semeadas na América Central e do Sul. Mas houve a heresia perigosa e desastrosa de uma doutrina e de um evangelizador e catequista separados, divorciados dos anseios de liberdade, vida e esperanças do povo. Esta heresia deve ainda hoje ser denunciada. A separação da Pessoa de Cristo, de sua mensagem e de sua vida, da

cultura dos pequeninos, de seus gestos, passado, organização e valores humanos, foi a heresia maior. A heresia não acontece apenas no campo da doutrina, mas também na pastoral. Hoje damos conta de que há graves heresias na pastoral. Nós não conhecemos detalhadamente o pensar e o viver do povo. Não seguimos o lento e paciente proceder de Javé. Ele demorou milhares de anos para se revelar. Acompanhou a caminhada do povo, perdoando seus pecados, chamando-o à conversão e amando-o com seus maus procederes e desvios, curando-o das feridas e guiando-o pela mão, como faz a mãe com a criança, pelos caminhos da justiça. Tudo aconteceu lentamente. São Paulo diz-nos: Ouvistes falar da PACIÊNCIA de Jó e sabeis qual foi o fim que Deus lhe deu" (3). A longanimidade e a paciência são um saboroso e importante fruto do Espírito Santo (4). Saber contemporizar! Como fez Deus com os incrédulos no tempo de Noé, "Deus, em sua longanimidade, contemporizava com eles" (5).

Como os pais observam a criança no seu crescimento e em seus passos rumo à JUVENTUDE, com atitudes próprias, com personalidade e caráter próprios, assim deve fazer o evangelizador: deve deixar o outro crescer... e que ele diminua (6).

A evangelização é mais semelhante a uma plantinha que vai se enraizando no chão, do que uma máquina que tudo destrói e derruba, usando a força e revirando toda a terra. Não é uma devastação. Nem uma queimada. É um jardim rico,

com canteiros artísticos e bem traçados. Com flores originais. Elas merecem todo o afeto e toda atenção dos jardineiros. O missionário-evangelizador é mais um jardineiro delicado e respeitoso do que um fogo demolidor e arrasador. Parece-se com o pomareiro, o cultivador de frutas. Ele passa todos os dias perto das fruteiras examinando-as se têm ramos secos ou insetos consumidores de seiva e de vida da planta. Ele tem um certo ciúme, um zelo e uma afeição especiais para com suas plantas. Sente uma certa dor quando tem de derrubar uma fruteira. Liga-se ao seu pomar com laços quase humanos e existenciais.

Da mesma forma deve fazer o missionário-evangelizador junto a seu povo. Sabe que deve cortar alguns ramos e fazer frutificar outros. Por isso leva anos para cortar galhos ou fazer qualquer enxerto. Não quer gerar sangrias em sua evangelização. Não quer ferir ninguém. A poda nem sempre é fácil. É melhor adiar a poda do que cortar os galhos agora e ferir a história de um povo. Quem é capaz de sarar as feridas que muitos evangelizadores causaram no coração dos povos, derrubando ou desconhecendo sua longa história de vida e de morte, suas tradições, ritos, memórias, lendas e mitos?

Nunca a evangelização se faz às custas da morte da cultura de um povo. Jesus Cristo, para gerar o processo de libertação do homem, do culto, da lei e das tradições, inculturou-se durante 30 anos no meio do povo pobre e marginalizado da Galiléia e de Nazaré.

Nos próximos séculos, os evangelizadores da América Latina devem prosseguir os caminhos de Cristo, o Mestre e Guia do Evangelizador. Como? Inculturando-se, num processo que nunca tem término, na vida, nas aspirações, nas experiências, na Religiosidade Popular, na sensibilidade e na caminhada do povo.

Antes de tudo, o Evangelizador é um aprendiz. Depois, chegando a SUA HORA, como agiu Jesus (7), poderá ser um agente transformador do povo. Que o evangelizador não se apresse. Tenha paciência. Saiba esperar. Viva no silêncio. Aprenda como faz a criança. Primeiramente, saiba balbuciar. Não seja dono da verdade. Saiba partilhar, admirar-se e se encantar perante a fé e as expressões religiosas do povo. Não seja um acerbo crítico e um impaciente pastor no meio das ovelhas. Silenciosamente, na contemplação, saiba suplicar ao Espírito Santo a compreensão dos motivos, das causas e dos porquês o povo age desta ou daquela maneira. Saiba, com sabedoria bíblica, descobrir o que Deus, de há séculos, vem realizando no coração e nos comportamentos do povo. Consulte os pequeninos, os anciãos, os prudentes e humildes do povo. Assim fez Jesus: nasceu, viveu e morreu entre os mestres do Pai: OS POBRES. E tornou-se um grande sábio e um libertador do povo.

A inculturação é o desafio maior que o catequista, educador da fé, tem perante as incontáveis culturas existentes no Continente. Desrespeitar o pensar, o crer, o esperar, o

viver e a cultura de uma comunidade é espezinhar a pessoa humana. É uma anti-evangelização. É uma das maneiras de matar e eliminar um povo. Portanto, é contra o plano de Deus uma evangelização que dizima a cultura e a história secular de um povo.

3. Aspirando por uma América Latina cordial

A evangelização e a catequese devem voltar-se ao concreto, à vida real de nossa população. Os estrangeiros olharam a América Latina, bem como os conquistadores, com olhos surripiadores. A ambição, a ganância, o roubo e todo tipo de exploração, especulações, tiranias e domínios nunca nos deixaram a saudade da LIBERDADE e da INDEPENDÊNCIA. Sempre fomos dominados. Escravos. Temos que despertar o coração livre. Temos que escrever de novo na alma e no coração do povo o direito à LIBERDADE, embora tardia. Contanto que ela venha, pois é um direito sagrado e inalienável e nosso. Sempre fomos extorquidos e aposados pelos invasores, poderosos e estrangeiros. Ora Portugal, ora a Inglaterra, Estados Unidos, Japão, Itália, Holanda, França, Alemanha... todos são donos e senhores que comandaram e comandam este país. Queremos que a Evangelização e Catequese tenham como anúncio a LIBERDADE, como denúncia da escravização, a convocação para que todos se empenhem pela libertação integral de nossa gente e terra. Temos que declarar muita coisa contra as forças que imperam impiedosamente, maldosamente, in-

justamente sobre nosso pensar, viver, agir. Não somos livres. Isto é que é a verdade.

Se a Evangelização do próximo século não se empenhar na pregação da liberdade, como fruto da Páscoa de Cristo e missão da Igreja, ela continuaria sendo instrumental do opressor e do invasor.

Temos que dar um basta final, decisivo, àqueles que nos estão empobrecendo. Trabalhamos. Suamos. Derretemo-nos em lágrimas e duros trabalhos, nas construções, nos altos e quentes fornos das indústrias nacionais e multinacionais, somos uma mão-de-obra barata, fácil à ganância dos ricos e poderosos. Afirmanos que terminou a temporada da escravidão. Ela está fora de lei. Mas é mais poderosa do que nunca. Vivemos em regime de forte e desumana escravidão. Os irmãos escravizam seus irmãos e irmãs com salário mínimo, o salário que conduz à morte, à fome crônica e à doença incurável, ao túmulo, às cinzas. A usurpação de nossos direitos e riquezas, especialmente a comida, cultura, saúde, terra, casa, segurança, bens necessários e indispensáveis, é uma constante em nossa terra. Temos que colocar com urgência nos ouvidos e no coração de Deus as palavras: "Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvei o clamor por causa dos seus opressores; pois eu conheço as suas angústias" (8). Temos que suplicar que o Deus libertador desça com todo poder e força a fim de resgatar das mãos ímpias do capitalismo e da ganância, os milhões de latino-americanos, réplica dos escravos do Egito.

Os religiosos são os primeiros a ir ao Faraó, ao poder, às fontes da iniquidade para suplicar a libertação. Eles são os primeiros Moisés-profetas e mediadores da Libertação. Não deverão temer as ameaças e prisões. Quanto mais os religiosos se unirem pela libertação dos escravos do capitalismo, tanto mais a esperança da pátria livre crescerá nos horizontes do Continente. Os religiosos não podem refugiar-se nas terras de Madiã, nos conventos, na quietude das regras e constituições, deixando os irmãos e irmãs na luta, à beira do abismo da morte, do extermínio e da fome.

Junto com o povo, temos que atravessar o Mar Vermelho da tortura, das feridas e dos açoites dos poderosos. Sabendo que Deus jamais há de fazer qualquer festim aos opressores. Fá-lo-á, sim, com os pobres, longe três dias da terra da escravidão, lugar onde o povo possa cantar, livremente, as canções da LIBERDADE e do amor preferencial de Deus pelos oprimidos e escravizados.

Quando a Igreja toda, alimentada pela Palavra e pela Eucaristia, for capaz de se encaminhar rumo ao deserto da pacificação e da conversão, retornando aos pobres, cantando com os pobres, com os escravos, todos podemos levantar a cabeça pois se aproxima o "dia da redenção" (9).

Os educadores da fé, Bispos, Presbíteros, Diáconos, Religiosos, Pais e coordenadores de CEBs, tenham todos na mente o amor sponsal, preferencial, que Deus dedica a este povo simples, dominado, latino-ame-

ricano. "Se Javé se afeioou a vós e vos escolheu, não é por certo o mais numeroso de todos os povos — pelo contrário: sois o MENOR dentre os povos! — e sim por amor a vós e para manter a promessa que ele jurou aos vossos pais; por isso Javé vos fez sair com mão forte e te resgatou da casa da servidão, da mão de Faraó, rei do Egito" (10). É a este MENOR, ao mais fraco povo da terra, o latino-americano, que Deus consagra seu coração de Pai e de Mãe. Ao ver tanto sofrimento, tanta lágrima caída, tanto corpo em dor, tanta vida ameaçada, tantas vítimas inocentes, o coração de Deus pulsa forte. Sua ternura e compaixão são as de um Pai para com seu filho em desfalecimento. Somente o amor maternal e paternal é capaz de ressuscitar a vida deste povo. Precisamos anunciar na América Latina o EVANGELHO DO AMOR.

Temos de nos derramar em cordialidade bíblica ao olharmos este povo morrendo, sendo dominado pelas forças estrangeiras e maldosas. São estes os que mais precisam de acolhida evangélica. Temos de nos fazer um hospital aberto, um remédio urgente para este povo, desmaiado, esquelético e abandonado. A Igreja deve transformar sua evangelização num processo cordial, isto é, não será tanto pela doutrinação, idéias, mas com gestos maternos e paternos que ela vai resgatar e libertar o povo latino-americano.

A parábola do Bom Samaritano (11) deve ser a gigantesca versão da evangelização feita pelos Religiosos e catequistas do nosso

Continente. Eles devem colher os milhões que foram saqueados pelos ladrões gigantes do poder, do dinheiro, dos bancos, dos donos das terras, fábricas nacionais e estrangeiras. A guerra da dominação, do extermínio dos pequeninos, dos negros e indígenas, deixou marcas tristes de fome, de morte e de abandono. Todos temos de curvar-nos para receber em nossos braços, apertando-os ao coração, os pequeninos explorados, os agricultores, favelados, operários e subempregados, peões, lixeiros e magricelas que perambulam, quais aparições de mortos, pelas ruas e praças das cidades e pelas estradas dos campos. Quem os deixou assim? Foram os dezenas de Faraós que os dominaram, arrancando-lhes das mãos até o pedacinho de pão necessário para matar-lhes a fome. Os evangelizadores não irão revestidos de autoritarismo, senhorio orgulhoso, mas "como eleitos de Deus, santos e amados, revestir-se-ão de sentimentos de compaixão, de bondade, humildade, mansidão e longanimidade" (12). Somente o calor e a afeição de um coração compreensivo, de uma alma realmente de apostolado, convicta de que apenas o carinho é capaz de reerguer os decaídos e tombados pela miséria, poderão ser os verdadeiros companheiros e amigos dos latino-americanos.

4. Características da nova evangelização

4:1 Com dimensões sociais

Conhecendo bem os Evangelhos, colhemos, sem qualquer dúvida, as

orientações para uma evangelização eficaz e adequada para o nosso povo. A pedagogia de Jesus é sem suspeição, a melhor de todas. O evangelista São Marcos descreve pormenorizadamente os começos da construção do Reino por Jesus. Quem são os primeiros a serem chamados para o Reino? Os ricos, os dominadores, os senhores da terra, da economia, da política e da religião? Não. O primeiro a ser curado, foi o endemoninhado (13). Quem é o endemoninhado? É alguém que não é senhor de nada, nem do corpo, nem da mente. Não é senhor do seu eu. Alguém domina-o por dentro e por fora. É o exemplo mais grave de escravagismo. Alguém pensa por ele. Alguém dirige-o por todos os lados. E é este o primeiro a ser convidado para pertencer ao Reino. Em seguida Jesus cura a sogra de Pedro (14). Quem é a sogra? É uma mulher, uma sogra e uma enferma. Por três situações e razões é uma marginalizada. É a segunda pessoa a ser convidada para pertencer ao Reino. É uma pessoa que, socialmente, religiosa, econômica e politicamente é inútil. É o homem que manda nela. Ninguém consultaria uma mulher. É uma classe de inúteis e de desprezadas. Em terceiro lugar, Jesus convida o leproso (15). Quem é ele? É alguém dominado, exteriormente, pela doença mais temida: a lepra. É uma pessoa marginalizada. E Jesus cura-a, introduzindo-a no Reino. Em quarto lugar, Jesus chama o paralítico (16). Quem é ele? Uma pessoa em que, não todo o corpo como acontece com o leproso, mas uma parte do corpo é dominada e escrava do mal.

Jesus dá-lhe um lugar de honra em seu Reino.

Em quinto lugar, Jesus convida, através de uma refeição, os pecadores. Eles têm o seu interior, a alma, dominado pelo demônio. São rejeitados. Fazer refeição com eles é o mesmo que aceitar as idéias e a vida deles. Jesus não teme sentar-se com eles. E são convidados para o Reino (17). Em sexto lugar, Jesus acolhe em seu Reino uma multidão de escravos, são os escravizados pela lei (18). Não é o corpo que é dominado. Nem a alma. É a consciência. A lei os domina na parte mais íntima: a consciência, diria a Bíblia, o coração.

Em sétimo lugar, Jesus convida um homem de mão atrofiada. Não todo o corpo como aconteceu com o leproso; não é a consciência, como os escravizados pela Lei, mas é apenas uma parte do corpo: a mão. E Jesus convida-o para ser membro do Reino (19). Em seguida, Jesus convida as multidões. Eram numerosos enfermos de todo tipo, de toda dominação (20). Após todos estes convites e integração social e religiosa, os familiares lançam um juízo erradíssimo e de mau gosto. Dizem: "enlouqueceu!" (21). As calúnias aumentam. A difamação e a detração se fazem presentes. Os escribas reagem covardemente, usando a arma dos maldosos. Querem matá-lo (22). E Jesus, demonstrando um amor preferencial, cordial, materno e paterno, diz: "Eis minha mãe e os meus irmãos. Quem fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, irmã e mãe" (23).

Em seguida (24) Jesus compara seu Reino a um ser MÍNIMO: ao grão de mostarda, ao grãozinho de trigo, às SEMENTINHAS MENORES. É este o exemplo mais bonito, e modelo para o evangelizador na América Latina. Para mim não há tipo de evangelizador mais perfeito do que o Cristo descrito por Marcos nos primeiros capítulos de seu Evangelho.

O Reino de Deus em nosso Continente deve ser construído pelos MINI. Pelos pequeninos e fracos. Não podemos garantir a preservação do Evangelho pelos ricos. Jesus não fez assim. Os convidados primeiros não foram os da alta classe. Foram os excluídos pelas altas categorias do poder político e religioso.

A evangelização deve estar muito atenta às situações sociais do nosso povo. Nossa evangelização deve ter a marca e signo da libertação integral, acentuadamente, porém, deve ser social. Por que isto? Porque é no social onde se encontram as cruzes mais pesadas, os clamores ensurdecedores e que nos fazem tremer de angústias e preocupações.

Se nossa catequese não gerar uma libertação dos socialmente à beira do fim, da morte, não seria catequese do tipo realizado por Cristo, que gerava vida e integração social e política. A comunidade deve sentir-se a grande responsável no acolhimento e garantia de vida aos abandonados. Cada um de nós deve ser um Cristo que vai ao encontro de marginais e marginalizados. Portanto a dimensão social do Evangelho é a que prevalece em nossa ação transformadora na América Latina (25).

4.2 Com uma pregação insistente e forte sobre a justiça

A injustiça é institucionalizada (26). Temos de compartilhar desta situação desumana e grave. O luxo imoral, escandaloso, de certos cristãos, deve ser denunciado com força e audácia. Porque é gerado na fonte diabólica e insultuosa da ganância e da injustiça. A América Latina tem o sinete do flagelo devastador e humilhante da pobreza extrema. A isto que nos amargura, frustrando-nos ao mais baixo nível: "Os ricos são cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres" (27). Isto nos causa um sofrimento muito grande e um acobrunhamento quase insuperável. E rasga o coração da Igreja. Para que haja justiça em nosso Continente são necessárias a conversão pessoal e as transformações profundas de estruturas que correspondam às legítimas aspirações do povo (28). E a violação dos direitos humanos é uma como devastação, um fogo que vem devorando as esperanças dos pobres. O dinheiro desloca o pequenino para o brejo, para o barro, para os mangues, para o lixo. Há cachorros em nosso país que vivem como em palácios. Há cavalos bem tratados. Há animais e touros de exposição que vivem do bom e do melhor. E há milhões de latino-americanos que vivem com centenas de vermes na barriga, fazendo de tudo para sobreviver, comendo os restos dos ricos. E os governos estão preocupados com seus discursos enganadores, bebendo e comendo os frutos do suor do povo, pensando em seus bolsos, aumentos, fazendas, casas ricas e de veraneio.

A evangelização deve incluir como tema integrante a JUSTIÇA. Não podemos pregar sem convocar os cristãos à construção duma sociedade justa e humana. A justiça há de retirar a mortalha do insulto com que os grandes revestem a vida e a situação dos empobrecidos.

Temos que retornar às grandes parábolas de Lucas, especialmente a do Rico epulão e do Pobre Lázaro: Lc 16, 19-30. A do banquete em que os ricos se excluem do Reino: Lc 14, 15-24. Voltemos ao banquete com os pobres: Lc 14, 7-14. Temos que refontizar toda a nossa pregação a fim de que seja anúncio de justiça, denúncia da mentira e do pecado e convocação para a transformação da sociedade e renovação da Igreja.

Para o presente e futuro de uma América Latina mais de Javé, mais de Cristo e do Espírito Santo, de Maria, dos Apóstolos e dos mártires de nossa terra, a justiça deve fazer parte de toda a pregação e carequese. A injustiça é contra a paz. Legítima a violência no campo, na cidade, no cinema, nos noticiários; legítima os "esquadrões da morte", os assassinatos no campo, nas favelas e centros das cidades. A situação de injustiça tem de ser superada através de amor corajoso. Temos que organizar a sociedade com bases na justiça, na fraternidade. Exigindo dos poderosos desapego, partilha dos bens. Por falta de partilha, a sociedade é um caldeirão de contínuas e inevitáveis rebeliões, protestos, causando o inchamento das prisões e a ineficácia da justiça e dos responsáveis diretos pela paz social.

Vivem os ricos em seus palácios, dormindo tranqüilos em seus leitos fofos. Suas mesas estão abarrotadas de variadas comidas e das melhores e em abundância, contrastando com a multidão de pobres que se abastecem uma vez por dia e vivem uma situação totalmente contrária aos desígnios de Deus. A história futura há de lançar críticas acertadas e justas contra estes grupos que hoje detêm as fontes de produção só para si mesmos. Chegou a hora certa, mais que oportuna, para a Evangelização anunciar a justiça como caminho condutor da nova sociedade latino-americana. Rechaçamos como contrárias à dignidade humana as dívidas externas e internas que os povos sustentam com tanto sacrifício e sangrias na mesa e na vida. A justiça torna-se a exigência primeira para a paz e o verdadeiro desenvolvimento. Temos que favorecer ao máximo a aspiração à justiça. E os religiosos jamais podem ser chamados de coniventes com aqueles que aumentam a violência e/ou são insensíveis ao clamor de justiça que parte das multidões. Devemos ser os primeiros a suscitar uma ordem que prima pela justiça. Jamais os pobres nos incluam no rol dos injustos. Ai de nós se formos construtores de uma sociedade contra os pequeninos e violenta! Vamos rever nossas atividades e ações, nossas casas e carismas, nossos discursos e presença no meio do povo. Interroguemo-nos: "Somos justos? Pregamos a justiça? Ou somos daqueles que vivem alienados, como se a sociedade fosse do lado dos pequeninos e sofredores? Podemos

incluir-nos na sétima bem-aventurança de Mateus? Sim ou não?"

4.3 Que a esperança no homem seja viva

Se os desafios levantados pela realidade e situação em que se encontram multidões de famintos e de explorados são incontáveis, o cristão não vai cruzar os braços, deixando o verme da injustiça carcomendo as esperanças dos humildes. Não. O apóstolo e evangelizador, os religiosos e agentes de pastoral, vão descruzar imediatamente os braços para encetar uma longa e exigente caminhada. É o sonho atraente de uma América Latina feliz, livre e humana que nos encanta e não nos deixará nunca inertes ou desanimados. Temos que sacudir do fundo do coração do povo a gigantesca força da ESPERANÇA CRISTÃ. Temos que crer, com convicção evangélica, que o Senhor quer, deseja e nos convoca para a renovação das estruturas político-econômico-sociais do nosso Continente. Em nosso país deve acontecer a presença viva e operante do Cristo, Senhor da morte e da vida. Nele depositamos nossos trabalhos apostólicos e libertadores. Ele é a rocha, o nosso libertador, a nossa fortaleza, o nosso abrigo, com ele seremos abastecidos de todos os frutos. Em sua companhia somos mais fortes do que colunas de pedra. Ele é nosso amor e refúgio (29).

Tendo diante dos olhos e no altar da fé e da oração os grandes heróis da fé da América Latina, tais como: Antônio de Montesinos,

Bartolomeu de Las Casas, Juan de Zumárraga, Vasco de Quiroga, Juan Del Valle, Julian Garcés, Beato José de Anchieta, José de Acosta, Manuel da Nóbrega, Roque González, Turíbio de Mongrovejo, Padre Kino, Frei Junípero Serra, Antônio Vieira, Santa Rosa de Lima, Juan Marciás, Pedro Claver, Francisco Solano, Marianita de Quito, o Irmão Miguel Febres Cordero, Dom Oscar Romero, o Índio Marçal, Padre Ezequiel Ramim, Padre Josimo Moraes Tavares, Irmã Adelaide, Margarida Alves, Nativo Natividade, Tupac Amaru, Padre Francisco Jentel, Frei Tito de Alencar, Camilo Torres, Santo Dias da Silva, Zumbi... todos estes baluartes da fé, da evangelização e da cruz da esperança cristã, vamos abrir o caminho de uma América Latina livre e serena. Não podemos abster-nos de qualquer sacrifício para alcançarmos as metas de uma catequese mais aguerrida e corajosa, apesar das contrariedades e barreiras que possam ameaçar-nos todos os dias.

Diria Santo Agostinho: "Se estas e estes sim, por que não eu?" Se advogados, religiosos, índios, menores, negros, sacerdotes, bispos, lavradores, operários e caciques deram o sangue em testemunho de sua fé, em defesa de suas comunidades e direitos, por que eu aqui morrendo nas dúvidas e na insegurança? Por que não lançar-me às arenas e campos de batalha? Por que não? Também devo afirmar: "Araram lavradores o meu dorso, rasgando longos sulcos com o arado. Mas o Senhor, que sempre age com justiça, fez em pedaços as cor-

reias dos malvados. Sejam eles como a erva dos telhados, que bem antes de arrancada já secou!" (30).

Cada braço que for decepado, cada cabeça que cair, cada espada a atravessar as carnes e os corpos dos apóstolos, cada cruz suportando dores e gritos de catequistas e cada gota de sangue que ensopar esta terra, o Evangelho vai encontrando chão propício para se enraizar em profundidade. Estes heróis da fé e da esperança são as fontes que abastecem milhões de educadores da fé. Temos que ter muita esperança no presente e no futuro de nosso povo.

Os mártires das revoluções militares da América Latina, que impuseram duros e pesados fardos sobre os pobres, sacrificando-os ao fio da espada, os desaparecidos nos fundos dos mares e dos poços ocultos pelas milícias do poder e as lágrimas das mães que choram o desaparecimento de seus familiares, são sementes vivas e férteis de um novo Continente. A esperança está viva entre nós. Todos nós temos uma vocação à ESPERANÇA. A esperada vinda do Reino definitivo, o Cristo glorioso e a consumação dos tempos, deixa-nos vivamente animados e cheios de ardor pelo Evangelho e pela integral libertação dos oprimidos.

O Papa João Paulo II deu-nos nova missão: Julgar o Norte. "O Sul pobre julgará o Norte rico. Sim, o Sul, que se torna cada vez mais pobre; e o Norte, que se torna cada vez mais rico. Mais rico também com os mísseis com que as superpotências e os blocos podem amea-

çar-se reciprocamente. Os povos pobres e as nações pobres — pobres de diversos modos não só por falta de alimentos, mas também por falta de liberdade e de outros direitos humanos — julgarão aqueles povos que lhes roubam estes bens, arrogando-se o monopólio imperialista da economia e da supremacia à custa dos outros” (31). Quando olhamos a situação humana em que vive a multidão dos empobrecidos, especialmente nós religiosos, temos que aumentar nossa esperança cristã e nossa vocação para a verdadeira e duradoura PAZ. Temos que centrar nossos esforços no HOMEM e na MULHER, nas suas capacidades e carismas. A partir deste 5º Centenário de Evangelização, temos que iniciar nova caminhada, voltando-nos para a Pessoa Humana, com uma Catequese refontizada, como diz o Papa, e com “uma vasta criatividade catequética” (32). Para renovarmos a América Latina, dando-lhe outro destino, gerando um retorno imediato à vida, aos direitos fundamentais da Pessoa, à partilha dos bens e à justiça... tudo “implica, na prática, reencetarmos um diálogo pedagógico, a partir dos últimos elos que os evangelizadores de outrora deixaram no coração de nosso povo. Para tanto, se requer

reconhecer os símbolos, a linguagem silenciosa, não verbal, do povo, com o fim de conseguir, num diálogo vital, comunicar a Boa Nova mediante um processo de reinformação catequética” (33). Não nos pode faltar a “caridade pastoral” (34) e a verdadeira “Pedagogia da Evangelização” (35), que se baseia numa real e humana sensibilidade diante da fé e da caminhada que o povo está percorrendo.

Temos que construir uma América Latina sem os pobres Lázaros sentados à porta dos ricos epulões banqueadores e insensíveis aos clamores dos milhões de leprosos e desenganados do país. Queremos, nós religiosos, que todos vivam uma vida plenamente humana e humanizadora, onde se possa excluir todo tipo de servidão, em que o pobre Lázaro seja recebido à mesa e seja acolhido de braços abertos e lhe seja servido o melhor e mais apetitoso prato. Que a separação existente entre os que estão no grande salão e os que se assentam no último degrau das escadarias do progresso, da vida e da esperança, seja eliminada. Não haja mais rejeitados, mas somente e todos amados e acolhidos. É esta a ESPERANÇA da América Latina.

NOTAS

(1) Sedoc-Dez. 1984/548. (2) Idem. (3) Tg 5,11. (4) cf. Gl 5,22. (5) cf. 1 Ped 3,20. (6) cf. Jo 3,30. (7) Mt 26,45; Mc 14,41; Lc 22,53; Jo 2,4; 7,30; 12,23.27; 16,32; 1 Jo 2,18; Ap 14,15. (8) Êx 3,7. (9) Sl 111,9. (10) Dt 7,7-8. (11) cf. Lc 10,29-37. (12) cf. Cl 3,12. (13) cf. Mc 1,21-28. (14) cf. Mc 1,29-31. (15) cf. Mc 1,40-45. (16) cf. Mc 2,1-12. (17) cf. Mc 2,15-17. (18) cf. Mc 2,18-28. (19) cf. Mc

3,1-6. (20) cf. Mc 3,7-12. (21) cf. Mc 3,20-21. (22) cf. Mc 3,22-30. (23) cf. Mc 3,31-35. (24) cf. Mc 4,1-41. (25) cf. Mt 25. (26) Puebla 509, 562. (27) Puebla 30. (28) cf. P. 30. (29) cf. Salmo 143. (30) cf. Salmo 128,3-5. (31) cf. SEDOC-Dez. 1984/534. (32) cf. SEDOC-Dez. 1984/548. (33) cf. Puebla 457. (34) cf. Puebla 458. (35) cf. EN 48. □

FORMAÇÃO PARA A MISSÃO

Formar para a missão é levar a uma identificação com JESUS CRISTO, a uma participação no seu projeto, no seu destino, no seu-ser-enviado ao mundo, na sua abertura incondicional ao Pai e no seu compromisso radical com o Reino.

Pe. José Antônio Netto de Oliveira, SJ

Vila Kostka — Itaici

Dentre os múltiplos desafios e as inúmeras interrogações que os formadores enfrentaram no período pós-conciliar, emergia indubitavelmente uma questão de fundo, uma pergunta subjacente a todas as mediações pedagógicas e mistagógicas, a toda programação, a todo o processo formativo: Formar para quê? Qual o objetivo último, o ponto focal a ser visado na formação inicial e permanente? Hoje, após um longo processo em que a Igreja e a Vida Religiosa com ela, aprofundou e formulou de maneira nova sua auto-compreensão podemos afirmar com segurança, que esse ponto focal, o objetivo último da formação é a missão.

Não duvidamos de que haja um largo consenso teórico em torno dessa afirmação. Na prática, contudo, a busca desse objetivo concretiza-se em tentativas diversas com tendências a priorizar um determinado ângulo, às vezes com sério detrimento

de outros aspectos fundamentais na formação do apóstolo. Atualmente notamos três tendências a absolutizar um determinado enfoque.

Alguns, partindo do pressuposto válido de que a Vida Religiosa nasce e se renova a partir de uma profunda experiência de Deus, tendem a absolutizar a dimensão espiritual na formação: de uma espiritualidade sólida, de uma experiência de Deus profunda, nasce o apóstolo. Tudo o mais na Vida Religiosa decorre dessa experiência fundante.

Outros, em nome dessa mesma experiência de Deus e da missão, tendem a priorizar a integração humana, afetiva e psicológica. Pessoas afetivamente desintegradas ou com problemas emocionais mais ou menos profundos, terão grande dificuldade para fazer uma autêntica experiência de Deus, e a atividade apostólica poderá ficar comprometida a longo prazo por inconsistências do sujeito, com detrimento do

testemunho evangélico. Daí que seus esforços, particularmente na formação inicial, se concentrem prioritariamente na integração da pessoa humana.

Enfim, uma terceira tendência é a de privilegiar, na formação do apóstolo, o próprio compromisso apostólico, particularmente em sua dimensão libertadora de opção pelos pobres e de inserção. Participando da luta e da vida dos pobres o formando não apenas faz uma autêntica experiência de Deus mas também alcança uma razoável integração afetiva que capacitem para a missão evangelizadora. A formação na inserção torna-se conseqüentemente a mediação pedagógica prioritária minimizando a necessidade de outras mediações.

Nota-se, portanto, na formação para a Vida Religiosa no Brasil a presença dessas três tendências, cada qual reivindicando para si o privilégio de formar para a missão, uma vez que, pelo menos teoricamente, todos concordam que o objetivo central da formação seja a missão. Ora, como explicar uma diversidade tão grande de enfoques e de mediações pedagógicas tendo em vista um mesmo objetivo?

A hipótese que formulamos nesse artigo é a de que existe uma confusão em torno do termo missão, termo realmente central na auto-compreensão da Igreja e da Vida Religiosa, rico de significações e que compreendido na sua profundidade teológica e do que é e quer ser a Vida Religiosa, pode ser o caminho de harmonização das três tendências acima descritas.

Significados do termo "missão"

O termo missão é amplamente utilizado na esfera da Vida Religiosa, mas com diferentes significados. Antes de mais nada torna-se necessário clarificar esses significados e a impropriedade de algumas acepções para expressar o que entendemos por missão nesse artigo.

Primeiramente o termo missão continua sendo usado no sentido pré-conciliar, associado à atuação eclesial "ad gentes" e implicando conseqüentemente um deslocamento espacial: deixar o país ou região e ir para "as terras de missão". Nesse caso a exigência de ir ao encontro dos não-cristãos torna-se o constitutivo do missionário. Está em missão quem está longe, num país estrangeiro; quem permanece num país supostamente católico, não é considerado missionário.

Essa exigência de um deslocamento espacial para caracterizar o missionário continua influenciando o imaginário religioso com matizes e retoques novos mas em última análise com a mesma significação: um bom número de religiosos confunde a dimensão missionária de sua vida com o exercício da prática pastoral direta, ou seja, só se consideram missionários quando deslocam-se da casa religiosa para uma periferia, uma escola, um centro comunitário, para uma reunião de CEBs, uma catequese, um círculo bíblico etc. Quando estão em casa, rezando, estudando, convivendo com seus irmãos, não se consideram em missão.

Essa concepção de missão ligada a um deslocamento espacial é totalmente inadequada para expressar que o eixo focal da formação seja a missão, uma vez que a missão nesse sentido é algo extrínseco ao ser do religioso.

Um segundo uso do termo missão está ligado a uma tarefa recebida. Missão torna-se então sinônimo de tarefa: "Recebi de meus superiores a missão de organizar a catequese nessa paróquia"; "minha missão atual é atuar na área da educação"; "no momento estou esperando receber uma missão".

Importa distinguir missão de tarefa: primeiramente podemos dizer que a missão situa-se na ordem do ser e que as tarefas são concretizações históricas e transitórias da missão. A missão permanece sempre mas ela será encarnada ao longo da vida em diferentes tarefas que concretizarão historicamente a missão. As tarefas são portanto relativas, assim como as obras e devem submeter-se continuamente à crítica do evangelho para verificar sua validade histórica e seu potencial evangelizador hoje. Em seguida deve-se compreender que nessa distinção entre missão e tarefa não pode haver uma separação entre o ser e o fazer, invertendo os significados, como se a especificidade da Vida Religiosa consistisse no ser religioso e a missão se situasse do lado do fazer apostolado. Nesse caso a missão não passaria de um apêndice ao ser religioso: o importante é ser religioso, ser consagrado, e a essa consagração acrescenta-se um apêndice que como apên-

dice seria dispensável: a missão, confundida aqui com fazer apostolado.

Entender a missão no sentido de tarefa é igualmente insuficiente para definir a Vida Religiosa porque esta não se justifica nem se compreende a partir das tarefas que executa.

Para captarmos a globalidade do termo missão na designação da Vida Religiosa precisamos situá-lo em sua dimensão cristológica e eclesiológica, porque será a partir da missão de Jesus e da missão da Igreja que a Vida Religiosa compreenderá em profundidade seu caráter missionário.

Do ponto de vista cristológico podemos dizer que "o mistério mais profundo de Jesus Cristo (ser) é o seu radical-ser-enviado pelo Pai aos homens (missão), sem que fiquem com isso determinados o caminho e as expressões históricas (tarefas) dessa missão. Os caminhos históricos são abertos porque não se confunde tarefa com missão, mas ao mesmo tempo não há ruptura entre o ser de Jesus e a sua ação porque a missão está enraizada na mística de quem vive o próprio ser como radical dependência e envio" (1).

O envio, a missão constituem o ser mesmo de Jesus que não se compreende no seu mistério mais profundo senão como enviado pelo Pai ao mundo. Nos evangelhos Jesus aparece como "o enviado do Pai": "É para anunciar a boa nova do Reino que fui enviado" (Lc 4,43); "Aquele que Deus enviou fala as palavras de Deus" (Jo 3,34);

“Eu porém o conheço porque dele procedo e ele foi quem me enviou” (Jo 7,29); “Como acusais de blasfemo a mim a quem o Pai consagrou e enviou ao mundo?” (Jo 10,36).

O ser de Jesus é um ser-para, para o Pai de quem procede e para os homens a quem é enviado. Ele não se auto-compreende em si e para si, mas a partir do Outro (o Pai) e para os outros (os homens). Sendo assim, não se pode reduzir a dimensão missionária da vida de Jesus à chamada “vida pública”. Jesus é o enviado do Pai, está em missão desde a encarnação, nos longos anos de Nazaré, quando trabalha, quando reza, quando descansa porque tudo nele expressa e realiza a missão que lhe foi confiada pelo Pai.

A eclesiologia por sua vez, a partir do Concílio Vaticano II, vai abandonando a tradicional linguagem centrada no “apostolado” em favor dos conceitos de “evangelização” e “missão”. Essa reflexão chega a seu amadurecimento no sínodo dos Bispos sobre a evangelização, e é claramente expressa na *Evangelii Nuntiandi*.

“A Igreja, nascida da ação evangelizadora de Jesus e dos Doze, é ela mesma enviada como sinal e instrumento do Reino. Essa missão evangelizadora, diz a *Evangelii Nuntiandi*, “constitui de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar” (2). Aqui encontramos a explicitação clara da nova visão de Igreja inaugurada pelo Concílio: ela se define

e se auto-compreende, não como grandeza absoluta que tem em si mesma sua razão de ser, mas a partir da missão. Não podemos dizer simplesmente que a Igreja é; devemos sempre incluir em sua definição que se trata de uma realidade “para”. Sua razão de ser e existir, sua “mais profunda identidade” está no envio” (3).

A Igreja evolui, pois, em sua auto-compreensão. Ela não tem sua razão última de ser em si mesma, mas na sua relação com a humanidade toda a quem é enviada como sinal e instrumento de salvação. Ela diz, como São Paulo, “ai de mim se não evangelizar” (I Cor 9,16), e todo cristão, em razão de seu batismo, participa dessa missão segundo a diversidade de dons e carismas que o Espírito distribui entre os fiéis.

Esta centralidade do conceito de missão na cristologia e na eclesiologia vai repercutir fortemente na Vida Religiosa em geral e particularmente na Vida Religiosa latino-americana, que passa a compreender-se a partir do envio e a redefinir sua identidade a partir da missão. A CLAR afirma: “A missão constitui hoje a chave de compreensão do carisma da Vida Religiosa na América Latina” (4).

Trata-se de fato de uma auto-compreensão nova, uma vez que, antes do Concílio, a essência da Vida Religiosa era compreendida como consagração a Deus expressada nos votos de pobreza, castidade e obediência, no cultivo da “vida espiritual”, na fuga do mundo, na observância regular etc. Evi-

dentemente falava-se também de apostolado sobretudo para os religiosos de "vida ativa", mas este não entrava na configuração da Vida Religiosa enquanto tal. "Ser religioso" e "ser missionário" não se equivaliam, pelo contrário diferiam essencialmente.

→ Para chegar a essa nova auto-compreensão, um passo importante foi a redescoberta das raízes cristãs da Vida Religiosa: como todo cristão o religioso não pretende outra coisa que seguir Jesus Cristo, sendo que sua maneira de segui-lo caracteriza-se pelo adjetivo "radical". Sua identidade não se encontra portanto numa consagração que seria uma espécie de "segundo batismo", colocando-o num "estado de perfeição" superior ou pelo menos à parte, com relação à vida cristã. A identidade do religioso está na linha da identidade cristã significando-a e radicalizando-a no seguimento de Jesus.

Ora, seguir Jesus Cristo é abrir-se no dom ao OUTRO (o Pai) e aos outros (os homens, o Reino). De fato se queremos encontrar a identidade profunda de Jesus podemos dizer que foi Alguém que nunca viveu para si, que nunca entendeu a vida como algo a desfrutar egoisticamente para si, mas a entendeu sempre como um dom ao Pai e aos homens: nunca viveu para si, mas para o outro. Daí que seguir Jesus Cristo e ser cristão só se entende a partir do sair de si em direção a um outro e conseqüentemente a Igreja e a Vida Religiosa dentro dela é essencialmente missionária, assumindo o projeto de

vida de Jesus e partilhando sua missão.

A missão, portanto, não se caracteriza por um deslocamento espacial para levar a outro lugar uma fé que possuímos, e nem tão pouco por uma tarefa que desempenhamos no momento, mas caracteriza-se por sua dimensão ontológica, está enraizada no ser de Cristo, da Igreja e da Vida Religiosa. A Trindade não é missionária enquanto voltada para si (Trindade imanente) mas enquanto voltada para os homens (Trindade econômica: missão do Filho e do Espírito Santo). A Igreja não é missionária enquanto se volta e se fecha sobre si mesma, mas enquanto se abre para a humanidade: "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontra eco em seu coração" (5). Igualmente o religioso é missionário na medida em que rompe o narcisismo, o ensimesmamento e abre-se para as alegrias e as tristezas, as esperanças e as angústias dos homens.

Assim, o religioso em si, é missionário, mas explicita a dimensão missionária de sua vida no momento em que está voltado para o outro; essa dimensão do seu ser pode ser velada ou desvelada: é velada quando busca-se a si mesmo, é desvelada quando o outro passa a ser a sua vida, passa a pertencer à sua vida.

Toda atividade do religioso desde que voltada realmente para o outro, desvela a dimensão missionária de sua vida: a oração pelas necessidades dos homens e enquanto abertura para acolher o dom de Deus que abre para o dom de si, é missionária; o estudo, na medida em que não tenha por objetivo a auto-promoção e a busca de um saber-dominação mas de um saber-serviço, que busca uma maior capacitação para doar-se mais e com maior eficácia aos outros, é missionário; igualmente a vida comunitária enquanto comunidade de pessoas não voltadas unicamente para as necessidades internas do grupo mas animadas por um projeto comum que lança e sustenta os membros na doação aos outros, é missionária.

A missão, portanto, não é um apêndice à Vida Religiosa, mas é da essência mesma do ser religioso, é a razão de ser e o objetivo da Vida Religiosa, é participação do ser-enviado de Jesus, de sua existência radicalmente entregue ao Pai e voltada para a salvação dos homens. "Não se trata de separar o ser do fazer, mas na raiz de todo agir apostólico do religioso deve estar seu próprio ser" (6).

Considerações históricas

Do ponto de vista histórico, a Vida Religiosa nasce sob a forma do monacato que se prolonga como única forma histórica de Vida Religiosa durante um milênio. Uma Vida Religiosa essencialmente voltada "ad intra". Mil anos represen-

ta um enorme peso de tradição que vai marcar e influir nas novas formas de Vida Religiosa na Igreja. No século XIII surgem os mendicantes que "se caracterizam por seu profundo sentido eclesial, por sua obediência ao "Senhor Papa" e por sua disponibilidade em assumir as missões universais que a Igreja lhes confia" (7). Os mendicantes não vivem em mosteiros isolados mas situam-se nas periferias das cidades com uma clara opção evangelizadora da sociedade feudal que se desmorona e do mundo burguês que nasce e se afirma. Contudo, o peso da tradição monacal tem sua influência e essa nova forma histórica de Vida Religiosa conserva elementos monásticos como a recitação do ofício coral, o hábito próprio, os jejuns e penitências obrigatórios para todos por regra etc. Contudo, começa a surgir a Vida Religiosa voltada "ad extra".

Somente a Vida Religiosa chamada "moderna", que surge no século XVI, marcará uma ruptura clara com as estruturas monásticas, criando uma mística, uma espiritualidade e levando a uma experiência de Deus a partir e em função da missão. Sua identidade, o modo como capta a totalidade do evangelho como projeto de vida é o seu radical e permanente ser enviado, participando da missão de Cristo e da Igreja. Trata-se de uma nova forma histórica de Vida Religiosa essencialmente voltada "ad extra", para o mundo a ser evangelizado, rompendo com todas as estruturas que pudessem reter o religioso no claustro e lançando-o no meio do mundo.

Esse novo espírito é limpidamente expresso no conhecido texto de São Vicente de Paulo ao falar sobre o estilo de vida das Filhas da Caridade: "Contudo, posto que elas estão mais expostas a ocasiões de pecado do que as religiosas enclausuradas, posto que elas não têm outro mosteiro além da casa dos doentes, por cela uma casa alugada, por capela a igreja paroquial, por claustro as ruas da cidade, por clausura a obediência, por grades o temor de Deus, por véu a santa modéstia... elas devem ter mais virtude do que se tivessem professado numa ordem religiosa e estão obrigadas a se comportar em todos os lugares onde se encontram no mundo com o mesmo recolhimento, pureza de coração e de corpo, desapego das criaturas e edificação que devem ter as religiosas no retiro de seu mosteiro".

Contudo, o peso dos mil anos de tradição monástica, continua a ameaçar essa forma histórica de Vida Religiosa e parece que a Igreja tem saudades desse modelo, e esforça-se por realizar um casamento impossível entre uma Vida Religiosa essencialmente voltada "ad intra" com uma Vida Religiosa essencialmente voltada "ad extra". O resultado dessa tentativa foi o surgimento de um "modelo estilizado de monacato" (8), que tem seu apogeu no século XIX e na primeira metade deste século. Nota-se então uma espécie de domesticação dos carismas: os religiosos "modernos", cujo carisma é essencialmente missionário, enviados aos homens, fermento evangélico do mundo, passam a viver em grandes comunida-

des e grandes casas, animados por um mesmo tipo de espiritualidade e alimentados por uma mesma teologia da Vida Religiosa. Não se fala de carisma próprio das congregações, porque de fato umas não se distinguem das outras por nada intrínseco e específico: as diferenças ficam por conta da bizarria dos hábitos e de algumas devoções próprias. Os religiosos têm suas obras próprias, e atuam paralelamente à Igreja local, mas mesmo nesse setor apostólico assemelham-se estranhamente: quase todos dedicam-se a três áreas: educação, saúde e assistência social. Houve um nivelamento jurídico, teológico-espiritual, institucional e apostólico da Vida Religiosa moderna, um "modelo estilizado de monacato", que se justificou e se manteve por longo tempo devido ao grande número de vocações, dando a impressão de se ter chegado a um modelo ideal e perene de Vida Religiosa.

O resultado desse casamento impossível foi uma imensa paralisia e anestesia dos religiosos: uma Vida Religiosa monótona, repetitiva, sem imaginação criadora para enfrentar os grandes desafios do mundo moderno. Não há confronto com o mundo, mas isolamento dos problemas dos homens, um isolamento aristocrático, gerador de um certo individualismo pessoal e congregacional, agressivo em relação ao mundo moderno e sonhando com a restauração da cristandade. Assim a Vida Religiosa perdeu o que é mais característico dela na Igreja: seu caráter carismático e profético que questiona e renova a Igreja quando esta parece ter esqueci-

do sua finalidade e se esclerosa em suas instituições.

Essa paralisia chega a tal ponto que os papéis vão se inverter: através do Concílio Vaticano II, a Igreja institucional vai sacudir a Vida Religiosa acordando-a de sua letargia e levando-a a uma revisão de sua identidade a partir dos seguintes princípios: volta ao evangelho, volta ao carisma dos fundadores, abertura aos movimentos renovadores da Igreja de hoje e abertura aos sinais dos tempos.

Esse questionamento do Concílio à Vida Religiosa e suas exigências de uma revisão radical foi equivalente a uma terapia de choque, assustou os religiosos que acordaram de seu sono letárgico e partiram na busca de um novo modo de ser religioso: no primeiro mundo a Vida Religiosa defronta-se com o fenômeno da secularização e procura respostas para a evangelização nesse contexto cultural; no terceiro mundo e particularmente na América Latina o desafio foi a descoberta do submundo dos pobres e de uma imensa injustiça institucionalizada: como ser presença evangélica e profética nesse continente?

A missão, como participação no "ser-enviado-de-Jesus", passa a ser o eixo estruturador da nova identidade: abandonam-se aos poucos as estruturas monacais em busca de um novo tipo de presença na sociedade, uma presença evangelizadora e profética: surgem as pequenas comunidades, procuram-se novos campos de atuação apostólica e pastoral, busca que termina na inserção nos meios populares. A mística que

impulsiona essa renovação é a missão e a espiritualidade que a alimenta, não é a monástica, mas uma espiritualidade que surge do radical-ser-enviado aos homens, se bem que o imaginário da Vida Religiosa ainda continue profundamente marcado pelas estruturas da vida monacal. Dizendo isto, não queremos negar a imensa contribuição positiva que o monacato trouxe e traz à Igreja; queremos apenas sublinhar a influência marcante dessa forma histórica de Vida Religiosa.

É possível que estejamos concretizando agora o que já intuíram os fundadores da Vida Religiosa moderna. Há uma novidade contudo: no passado, para renovar a Vida Religiosa o Espírito suscitava figuras carismáticas que captavam os sinais dos tempos e encontravam a resposta evangélica ao momento histórico. Hoje não é uma pessoa carismática que surge mas parece que toda a Vida Religiosa é sacudida pelo Espírito num sopro de renovação e de respostas novas aos apelos de Deus na história.

Considerações pedagógicas

Se ficou claro o sentido que damos à palavra "missão" nesse artigo já podemos deduzir que "formar para a missão" não consiste apenas em capacitar os jovens religiosos para algumas práticas pastorais concretas, para análises críticas da realidade e alguns métodos de evangelização. Pensar assim seria continuar entendendo a missão como deslocamento espacial ou como tarefa. Aliás, na maioria das publicações sobre a formação dos reli-

giosos usa-se o termo missão no sentido de apostolado ou trabalho apostólico, o que não deixa de trazer certa confusão. Num recente livro da CLAR, sobre a formação lê-se: "A formação não se fará só para a missão, isto é, para um trabalho apostólico futuro, mas tem-se que formar na missão realizada durante o período de formação" (9). Na seqüência percebe-se que o autor tem uma compreensão bem mais ampla da missão, mas o vocabulário confunde. Outro autor pergunta: "Primeiro formar, depois trabalhar no meio do povo? Não. O processo é dialético. Claro, há momentos mais fortes de estudos, mas a formação nunca deve se dar separada da missão" (10). A mesma confusão de vocabulário: fica-se com a impressão de que o estudo não faz parte da missão, porque esta se entende como "trabalhar no meio do povo", e em última análise como deslocamento espacial.

Ora, formar para a missão é levar a uma identificação com Jesus Cristo, a uma participação no seu projeto, no seu destino, no seu ser-enviado-ao mundo, na sua abertura incondicional para o Pai e no seu compromisso radical com o Reino. Abbá — Reino, dois pólos centrais da vida de Jesus: a abertura para o Pai o leva a abrir-se para os homens e a realizar o projeto de amor do Pai no mundo (Reino), e as dificuldades que o pecado do mundo levanta na concretização desse projeto o levam a buscar o rosto do Pai e seus caminhos na história. A tentação na formação para a missão consistirá em querer dividir essa bipolaridade inseparável na

vida de Jesus: formar para uma abertura intimista para o Abbá sem compromisso efetivo com o Reino na história ou, por outro lado, formar para uma construção do Reino sem Abbá como se o Reino fosse obra exclusiva dos homens: "O reino, em última análise, não é reino "meu", nem "nosso", mas "do outro" (11).

Se consagração e missão se equivalem e se identificam, se a missão é da ordem do ser, a formação para a missão abarca todos os setores da vida do religioso e só pode ser entendida como um processo que reconheça a temporalidade como dimensão essencial de todo crescimento humano e espiritual. "De certa maneira as 'etapas' (de formação) não fazem mais do que respeitar a lei do tempo, necessário para o amadurecimento da pessoa, e a lentidão inevitável no processo de descoberta, assimilação e identificação progressivas do indivíduo com a proposta de vida do instituto" (12). Respeitar essa temporalidade é reconhecer a necessidade de um recuo educativo para um cultivo pessoal, chamado formação inicial, que "tem por função essencial a aquisição de disposições morais e espirituais (hábitos) que estruturam a vida de uma pessoa e a preparam para assumir um projeto de vida de modo coerente" (13).

É nessa perspectiva da formação inicial que nos situamos para indicar agora algumas pistas pedagógicas na linha da formação para a missão, focalizando cinco pontos que nos parecem centrais: a espiritualidade, a vida comunitária, a

atividade apostólica, o estudo e a integração afetiva.

ESPIRITUALIDADE: "A espiritualidade para a Escritura é toda a vida (intelectual e corporal, pessoal e comunitária, religiosa e política) animada pelo Espírito e em concreto pelo Espírito de Jesus. A espiritualidade não se limita a um setor da vida, mas é integral, total, plena. Toda a vida fica marcada pelo Espírito de Jesus, que nos impulsiona a seguir seus passos em nossa história concreta de hoje" (14). Trata-se portanto de uma vida vivida no Espírito de Jesus e conseqüentemente nenhuma realidade humana é alheia à espiritualidade, nem a dimensão religiosa, nem a política, nem a econômica, nem a social.

Viver no Espírito de Jesus é não viver para si, mas para o OUTRO (Pai) e para os outros (os homens), no dom, no amor, na entrega da vida. Fundamentar os jovens religiosos nessa disposição de ser-para-o-outro, de amor, de saída de si é a tarefa primordial da formação para a missão. Como Jesus, é necessário fazer e cultivar a experiência da intimidade, da transparência, da filiação na relação com o Pai. Daí a importância da oração, da meditação, da contemplação: "a vida como tal não educa nada se não é interiorizada na oração refletida e no estudo. Só então revela seu sentido e diz suas lições. É só no espaço da oração e da reflexão que se dá a revelação e o apelo de Deus, presente na realidade" (15). Criar pois hábitos de silêncio e de escuta como Jesus que se calou nos

30 anos de Nazaré, nos 40 dias no deserto e durante as noites na montanha: do silêncio nascem as palavras verdadeiras e cheias de vida. "A escassez de silêncio é uma tragédia tão grave como a escassez de ar ou a escassez de água" (16). E também de escuta, porque como dizia Raimundo Panikkar no V Congresso de Teologia em Madri: "O Deus do qual somente se fala já é um ídolo: não fala. Não há discurso humano válido sobre Deus. Só Deus pode falar sobre si mesmo... Acerca de Deus o método não é falar mas escutar. Deus fala nas pedras, nos montes, em toda a natureza, mas também nos pobres, nos cárceres, nos gritos de dor e de alegria dos homens" (17).

Pode parecer paradoxal, mas um dos pontos que dificultam essa abertura e intimidade com o Pai parece ser o fato de se minimizar hoje o pecado pessoal, o "ser pecador" salvo gratuitamente pelo dom do Pai em Jesus Cristo: "Vós estáveis mortos em vossos delitos e pecados... mas Deus, que é rico em misericórdia, pelo grande amor com que nos amou, quando estávamos mortos em nossos delitos, nos vivificou juntamente com Cristo e com ele nos ressuscitou e nos fez sentar, nos céus, em Cristo Jesus. Pela graça fostes salvos" (Ef 2,1-6). Somente uma consciência viva de que o pecado atingiu o nosso ser, de que somos vasos de argila frágeis e quebradiços, nos leva a rezar como o publicano que sai do templo justificado: "Ó Deus, tende piedade de mim, porque sou pecador" (Lc 18, 13), e nos radica na pobreza do ser: "Felizes os que têm

um coração de pobre, porque deles é o Reino dos céus" (Mt 5, 2), nos leva a escapar à auto-suficiência farisaica: "Eu não sou como os demais homens", e finalmente, nos abre para acolher e agradecer o dom gratuito da salvação. Só o pobre sabe acolher e agradecer.

A abertura para o Pai levou Jesus ao compromisso com o Reino, à abertura para os homens a quem o Pai ama, a realizar o projeto criador do Pai no mundo. Uma oração e contemplação que não levassem a um compromisso com o Reino na história, seriam suspeitas, intimistas, busca de um Abbá sem Reino. Parece contudo que o maior risco hoje, é o contrário: querer um Reino sem Abbá. É a tentação do ativismo, da busca de resultados imediatos, do sucesso. Muitos religiosos querem ser profetas, mas descambam com facilidade para a ideologia: "A profecia não é... denúncia interessada, nem simples contestação social. Ali onde não amanhece a novidade de Deus não há profecia. A profecia não pode separar-se por longo tempo da doxologia, do louvor a Deus. Caso contrário a profecia fenece ou se transforma em ideologia. A profecia é força espiritual, força vital do Espírito" (18).

Pedagogicamente não será fácil para o formador manter esse equilíbrio na bipolaridade: abertura para o Pai e compromisso com o Reino. Na formação fora da inserção o risco que se corre é o de querer um Abbá sem Reino, com o risco mais grave ainda de mais tarde, ao descobrir o mundo da injustiça, re-

jeitar em bloco toda a formação anterior como alienante, e descambar para a opção ideológica. Na formação inserida o risco pode ser o de querer um Reino sem Abbá. Nos dois casos o papel do formador é manter a bipolaridade que marcou a vida de Jesus: Abbá — Reino. O processo é dialético.

VIDA COMUNITÁRIA: Para que a comunidade formadora forme para a missão é necessário que seja uma comunidade que verdadeiramente participe da missão de Cristo e da missão da Igreja, uma comunidade aberta para o Pai e para os homens a quem é enviada. Não pode ser portanto uma comunidade voltada "ad intra", intimista e fechada, mas aberta às angústias e esperanças dos homens. Caberá ao formador a dosagem adequada entre os momentos de silêncio e escuta e de compromisso apostólico, partilha e hospitalidade.

A comunidade formadora é também o lugar onde se exercita o ser-para-o-outro. Contrariamente ao que acontece com o matrimônio, a comunidade religiosa não é formada por pessoas que se escolheram mutuamente para viver juntas, mas vivemos juntos porque fomos escolhidos, porque estamos animados pelo mesmo desejo de seguir radicalmente o Senhor. Se de um lado o fato de não nos termos escolhido pode trazer problemas para a vida comunitária, de outro oferece ao formando a possibilidade de exercitar-se, na doação, no amor, no ser-para-o-outro de Jesus. Essa convivência fraterna num ambiente restrito, o capacitará para ser um irmão universal.

A comunidade formadora deve também ser animada por uma forte mística da esperança, da cruz, da perseverança e da alegria pascal: "uma mística que faça o religioso crer para além da eficácia sensível, que o faça lutar por um mundo que nós não veremos ainda despontar no horizonte, onde seja menos difícil amar, mas que cremos constituir o futuro dos homens" (19). Abrir pois na comunidade espaços para a celebração e a festa: celebrar com alegria as pequenas vitórias e as pequenas conquistas do Reino, que avança lentamente na história a passos de galileus; "Haverá alegria no céu por um só pecador que se converta" (Lc 15,7); saber captar, contemplar e celebrar a glória velada de Deus e do Ressuscitado em meio às sombras e contradições da história.

Descobre-se hoje, na formação inserida, uma comunidade formadora mais ampla, constituída pelo "povo". Intuição rica, mas ainda imprecisa e obscura. "Seria o povo apenas mediador pedagógico, a título de elemento ou espaço que favorece a formação religiosa? Ou seria também um sujeito pedagógico enquanto agente que intervém consistentemente na configuração das novas vocações populares? O fato é que a "interferência pedagógica" do povo sobre as comunidades de formação inserida é muito difusa e se dá quase automaticamente. Não poderia tal "interferência" ser mais articulada e programada? Como se daria isso? Como, por exemplo, o povo ajudaria a discernir a vocação de uma jovem, a vida de oração etc. (20)? São per-

guntas a que somente experiências novas e devidamente avaliadas poderão responder.

ATIVIDADE APOSTÓLICA: A atividade apostólica ou pastoral não pode ser identificada pura e simplesmente com a missão, é antes um dos elementos constitutivos do ser missionário enquanto se expressa na ação evangelizadora e no anúncio salvífico. Respeitando o "princípio de temporalidade" inerente a todo processo de formação humano-espiritual, deve-se dar uma iniciação à atividade apostólica durante a formação inicial.

Esta iniciação consistirá primeiramente em levar o jovem religioso a interiorizar, na atividade pastoral, o ser-para-os-outros, a busca do Reino. Se não há essa interiorização, a ação apostólica pode revestir-se de muitas ambigüidades. Vimos que a dimensão missionária da vida religiosa se desvela quando o religioso se abre para o outro. Ora, pode dar-se o caso de religiosos desenvolverem grandes atividades apostólicas e pastorais sem serem missionários, desde que tais atividades encubram uma busca sutil de si mesmos: busca de valorização e projeção, de afirmação de seus instintos de mando e dominação, de compensações na admiração e aplausos dos homens, de auto-promoção etc. "Já receberam a sua recompensa" (Mt 6,2). Daí a importância de uma avaliação contínua da atitude profunda com a qual cada um se situa perante a ação pastoral. Em última análise, que buscamos: nós mesmos ou o Reino de Deus? A mesma pergunta deve ser

feita por aqueles que, temendo a atividade apostólica direta, se refugiam na casa de formação concentrando-se exclusivamente na oração e na auto-formação.

Em segundo lugar parece-nos que essa iniciação deve abrir-se para uma "pastoral libertadora". Evidentemente será necessário respeitar o ritmo e as experiências anteriores de cada formando, não colocando-o imediatamente em situações e desafios que superem de muito suas capacidades do momento. Daí a importância de que haja na comunidade formadora uma pessoa com suficiente experiência e senso pedagógico para introduzir os formandos no projeto e na prática libertadora de Jesus. Tal pessoa pode não ser o responsável pela formação (mestre/a). Não se trata apenas de ser amigo das pessoas ou de transmitir conteúdos, mas de instaurar um processo crítico e libertador através de nossa atuação apostólica. Tal tipo de pastoral parece que vem produzindo frutos mais amadurecidos de conversão, isto é, de ser-para-o-outro, como Jesus. Nesse processo importa preparar e avaliar continuamente a prática pastoral.

ESTUDO: Há uma queixa mais ou menos generalizada de que os jovens religiosos de hoje são menos interessados em estudos sérios e prolongados: fazem-se estudos superficiais, em nome de uma prática pastoral atraente e absorvente. Apresentam-se como causas dessa situação, a falta de motivação, a alienação dos estudos universitários voltados para o mundo burguês, a proveniência de vocações dos meios

populares, sem hábito de estudos etc.

Importa refletir sobre essa situação. Como a atividade apostólica, o estudo também pode padecer de uma ambigüidade básica em relação à missão. Pode-se estudar para si, na busca de uma auto-valorização, de um igualar-se à classe dominante, de um saber-dominação e pode-se estudar para o outro na aquisição de um saber-serviço: saber mais para servir melhor. Somente a segunda atitude é missionária e ela não exclui estudos sérios e prolongados particularmente num mundo que se complexifica cada dia mais e que precisa ser evangelizado. A evangelização da cultura moderna enfrenta problemas sérios e grandes desafios.

Clodovis Boff dirigindo-se a religiosos inseridos e refletindo sobre as vocações populares tece considerações pertinentes sobre a importância do estudo. "Não se deve ter medo do estudo, desde que o estudo seja filtrado pela consciência crítica... Se você tem chance de fazer faculdade, faça e ajude o povo. Eu sei que a universidade é burguesa e transmite ideologia da burguesia. Mas junto, transmite também uma cultura que é destinada a todos... A cultura científica tem vocação universal... Nós devemos buscar uma cultura popular, recuperando nossa raiz de classe, mas enriquecida com toda cultura crítica, de modo que, possamos criar uma "nova cultura popular". A velha cultura popular é insuficiente. Ela é boa para a resistência, mas é insuficiente para o avanço... Sem saber crítico não tem

transformação social. Por isso nós precisamos nos instruir sem medo, senão, involuímos" (21).

Nota-se hoje entre os jovens religiosos que muitos despertam para a necessidade de estudos sérios a partir do compromisso com a transformação da história na linha do Reino. Ao tomar contato com a realidade da injustiça e da opressão vão sentindo a necessidade de conhecer melhor as causas estruturais, os mecanismos de manipulação, os traços da cultura popular, as ideologias subjacentes etc. em vista de uma ortopraxis. Dá-se então um jogo dialético entre o contato com a realidade e o conhecimento crítico dessa realidade. Daí surge a motivação para o estudo.

A superficialidade nos estudos pode levar as pessoas e as congregações a tornarem-se conservadoras, a perderem o trem da história, por falta de horizontes mais amplos. Evidentemente nem todos têm uma vocação intelectual nem o fator inteligência deve ser supervalorizado no conjunto da pessoa mas a oportunidade de fazer estudos aprofundados deveria ser oferecida a todos que manifestam talento e gosto pelos estudos.

Nesse sentido parece-nos que haveria necessidade de uma mudança de mentalidade, particularmente por parte das congregações femininas, nas quais dificilmente se admite que uma religiosa capaz, seja liberada por vários anos, para dedicar-se exclusivamente aos estudos, chegando, se possível, a obter os graus de mestrado e doutorado. Quando incentivamos jovens reli-

giosas inteligentes a estudos prolongados ouvimos com frequência respostas desse tipo: "Na minha congregação estudar é um luxo"; "as irmãs da minha congregação não admitem que alguém fique apenas estudando, temos que trabalhar durante o dia e estudar à noite"; "não é bem vista na minha congregação uma irmã que só se dedica aos estudos; ela é muito criticada e não tenho estrutura para suportar críticas de todos os lados". Talvez pela falta de pessoal preparado, se explique a dependência das congregações femininas em matéria de assessoramento. Igualmente a escassa contribuição das religiosas no campo da teologia, particularmente da teologia latino-americana, deve atribuir-se a uma mentalidade pragmatista que prioriza a necessidade do trabalho imediato para todas as jovens.

Há um esquema que se vai impondo na prática formativa: vida, reflexão sobre a vida, ação. O momento da reflexão que ilumina a vida e leva a uma ação evangélica e coerente é importante. "Saber é preciso. O estudo é reconhecimento da realidade. É tomada de consciência da própria existência. É ampliação dos horizontes. É situar-se no mundo. É ver para agir" (22).

INTEGRAÇÃO AFETIVA: O trabalho formativo em torno da integração afetiva está diretamente relacionado com a missão, uma vez que essa consiste fundamentalmente em ser-para-o-outro. Ora, todos sabemos que uma afetividade desintegrada leva à busca de si, ao fe-

chamento, à dificuldade no relacionamento objetivo com o outro etc., e sem que a pessoa saiba o porquê dessas atitudes que são inconscientes.

Creemos ser hoje um dado adquirido a importância de se oferecer aos formandos meios e subsídios para um auto-conhecimento, através de leituras, cursos, observação de reações, avaliações comunitárias e mesmo uma terapia grupal ou individual se for o caso. A etapa de formação mais adequada para esse trabalho parece ser a do aspirantado-postulantado. Não aconselhamos uma terapia durante o noviciado; se for necessário pode ser feita antes do noviciado ou na etapa do juniorado ou mesmo mais tarde. Igualmente o formador na etapa do aspirantado-postulantado pode ser um terapeuta mas parece não ser aconselhável que o/a mestre/a de noviços/as seja um terapeuta.

Além da área estritamente psicológica, os formadores dispõem de inúmeros meios e recursos para ajudarem na integração afetiva dos jovens: enumeramos alguns desses meios:

— Favorecer a abertura e transparência do formando: quanto mais a pessoa se exprime e se deixa conhecer, mais se integra. Para que haja essa abertura é necessário um clima de confiança que deve ser criado e salvaguardado a todo preço.

— Criar um clima comunitário em que se respire amizade, simplicidade e partilha; onde cada um possa ser o que é, possa errar e

mesmo dizer disparates sem ser logo julgado e catalogado pelo grupo.

— Ajudar cada um a descobrir o princípio dinâmico e evangélico que alimenta sua caminhada e em torno do qual a vida vai se estruturando. Esse princípio assumido conscientemente será integrador da personalidade.

— Favorecer na vida de oração um relacionamento pessoal e transparente com Jesus Cristo. O relacionamento com a pessoa de Jesus a quem queremos seguir é fonte de integração da personalidade. O mesmo se diga da presença de Maria.

— A amizade com o povo e a participação de suas lutas e sofrimentos, alegrias e esperanças ajudam a relativizar os pequenos problemas internos de relacionamento comunitário e a integrar-se.

— A orientação espiritual, os dias de revisão comunitária num clima de oração, perdão e caridade, os dias de retiro etc., serão outros meios importantes para a integração da afetividade.

— Finalmente, que se respire na comunidade um clima de amor e aceitação. Como a desintegração afetiva tem normalmente sua origem na falta de amor e na rejeição, um clima de amor ajuda a integrar muitos aspectos da personalidade.

Conclusão

No início desse artigo afirmávamos que a missão é o objetivo último, o ponto focal da formação e

formulávamos a hipótese de que a missão seria também o elemento integrador das diversas tendências notadas na formação inicial. Para isso foi necessário aclarar o significado do termo missão: participação do radical-ser-enviado de Jesus aos homens, e do radical-ser-enviado da Igreja ao mundo: ser missionário é ser-para-o-outro, e portanto, situa-se antes de mais nada na linha do ser.

A formação para a missão abarca portanto todas as dimensões do ser: a espiritualidade, a integração afetiva, o apostolado, o estudo etc. e nenhuma dessas dimensões pode reivindicar com exclusividade para si a formação do apóstolo. Todas

devem ser levadas em consideração, ainda que com acentuações diversas nas várias etapas da formação inicial.

Jesus formou seus discípulos para a missão, formou homens novos, abertos para o Pai e para os homens e encarregou-os de levar a boa Nova do Reino a todos os confins da terra.

Hoje o Papa João Paulo II dirige-nos insistentes apelos no sentido de uma "nova evangelização" da América Latina. Para enfrentarmos esse desafio precisamos formar realmente homens e mulheres evangelizados em todas as dimensões do ser. Somente assim serão os verdadeiros missionários do ano 2000.

NOTAS

(1) Carlos Palácio, "Formação para a vida Religiosa hoje", Publicações CRB, 1982 — pág. 104. (2) Evangelii Nuntian-di Nº 14. (3) Delir Brunelli, "Profetas do Reino", Publicações CRB, 1986 — pág. 53. (4) CLAR, "Experiencia Latinoamericana de Vida Religiosa", 1979 — pág. 87. (5) G.S. Nº 1. (6) Franziska C. Reh-bein — "V.R. Vocação de Serviço à Igreja Universal e Inserção na Igreja Local", Convergência, nov. 1987 — pág. 541. (7) Victor Codina e Noé Zevallos, "Vida Religiosa, História e Teologia", Col. Teologia e Libertação, Série IV, Tomo IX, Vozes, 1987, pág. 45. (8) Carlos Palacio SJ, ob. cit. pág. 98. (9) CLAR, "A Formação um desafio", Publicações CRB, 1987 — pág. 110. (10) Walfrido Mohn, "Religião Popular e Vida Religiosa Inserida", Vozes, 1986 — pág. 108 (Considerações de Frei Clodovis Boff, sobre a Formação). (11) J. I. Gonzalez — Faus, "Acesso a Jesus", Loyola, 1981 — pág. 36. (12) Carlos Palacio, ob. cit.

— pág. 113. (13) Frei Clodovis Boff e Rogério I. de Almeida Cunha, "Inserção, Formação e Trabalho", Publicações CRB, 1987 — pág. 28. (14) Victor Codina e Santiago Ramirez, "Espiritualidade del Compromiso con los pobres", CLAR, 1988 — pág. 83. (15) Frei Clodovis Boff e Pe. Rogério I. de Almeida Cunha, ob. cit. pág. 28. (16) Teófilo Cabestrero, "Sabor a Evangelio", Sal Terrae, 1987, pág. 27. (17) Citado por Teófilo Cabestrero, ob. cit. pág. 47-48. (18) Teófilo Cabestrero, ob. cit. pág. 98. (19) Frei Leonardo Boff, "A vida Religiosa e a Igreja no Processo de Libertação", Vozes, 1976 — pág. 60. (20) Frei Clodovis Boff e Pe. Rogério I. de Almeida Cunha, ob. cit. pág. 26. (21) Frei Walfrido Mohn, ob. cit. pág. 112 (As considerações de Frei Clodovis Boff sobre a Formação encontram-se nas páginas 108-115). (22) Frei Clodovis Boff e Pe. Rogério I. de Almeida Cunha, ob. cit. pág. 27. □

AS CEBs E OS DESAFIOS DA EVANGELIZAÇÃO

NOTAS PROVISÓRIAS

Não há como falar de evangelização hoje escamoteando os imperativos do seguimento de Jesus. Na dinâmica do discipulado, a evangelização deve interpelar a vida toda.

Faustino Luiz Couto Teixeira

Rio de Janeiro — RJ

Neste período em que se prepara a celebração dos 500 anos de evangelização de nosso continente, uma série de reflexões se impõem aos cristãos latino-americanos. Como avaliar historicamente o processo de encontro ou desencontro entre a prática evangelizadora e a cultura do outro? Será que de fato a mensagem evangelizadora, a atividade missionária, tem significado um testemunho do Reino, um testemunho de vida, ou muitas vezes vem acompanhada de agressão contra as culturas locais?

Tais questões, entre outras, não podem ser ocultadas ou desconhecidas por aqueles que queiram realmente aprofundar e entender os novos desafios lançados à evangelização.

A América Latina, como lembra J. Comblin, "ainda é o que foi desde a conquista: um continente de conquista e violência. A conquista continua: continua a conquista que extermina os índios e lhes rouba as

últimas terras, continua a marginalização dos negros, teoricamente emancipados, mas abandonados sem recursos nem espaço na sociedade, sem reconhecimento da sua raça, da sua cultura e da sua religião; continua a conquista dos latifundiários que roubam as terras dos camponeses pobres, continua a conquista em forma de superexploração do trabalho na indústria, no comércio. Continua a expoliação (1).

Nos últimos anos verificou-se na América Latina uma tomada de consciência crítica por parte da Igreja no sentido de um novo posicionamento face à realidade social, como igualmente uma nova atenção e solidariedade ao universo dos empobrecidos. As Comunidades Eclesiais de Base emergem justamente como expressão deste novo rosto de Igreja, trazendo consigo uma nova perspectiva de evangelização. Com esta experiência vislumbra-se um horizonte novo de sensibilidade com a causa do ou-

tro, de afirmação da dignidade dos pobres e reconhecimento de seus direitos fundamentais.

1. Evangelização e seguimento de Jesus

A evangelização é um dado central na vida da Igreja, constitui sua vocação própria e identidade mais profunda (EN 14). A Igreja nasce na dinâmica do discipulado, que brota da ação evangelizadora de Jesus (EN 15): "Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos" (Mt 28,19). Anunciar o Reino de Deus é o que dá sentido à missão da Igreja. Ela é sacramento do Reino, ou seja, seu sinal concreto e instrumento de implementação no mundo (LG 1,5). Neste sentido, a Igreja é convocada permanentemente ao seguimento de Jesus Cristo (Puebla 249), a retomar o seu anúncio da Boa Nova, que é palavra de Vida (Puebla 357); bem como o seu testemunho profético denunciador das forças de morte que se opõem à construção do Reino (Puebla 358). Não há dúvida, porém, que este anúncio do Reino implica em rupturas e tensões muitas vezes dolorosas (Puebla 358). Para uns é motivo de alegria e de júbilo, para outros é ocasião de indignação e protesto. Nem todos estão preparados e disponíveis a se colocar em movimento para a acolhida do chamado de Jesus. O seguimento não se resume à proximidade com Jesus, ainda que este seja um elemento imprescindível do seguimento: o "estar com Ele" (Mc 3,14 Jo 12,26). Exige igualmente movimento e compromisso com a sua causa: "Se alguém qui-

ser vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me" (Mc 8,34). Não há seguimento onde impera a imobilidade, a quietude e a incuriosidade. Exige-se desinstalação, disponibilidade, capacidade de mudança e liberdade (2).

O seguimento é fundamentalmente fidelidade criadora à práxis de Jesus, isto é, a disponibilidade de "reproduzir em outro contexto histórico o movimento fundamental de concreção dos valores genéricos de Jesus" (3). A disponibilidade e abertura para o horizonte do seguimento não acontecem sem a decisão de se empreender uma nova rota: conversão e discernimento. E isto significa romper com os antigos equilíbrios, com os laços de dependência: deixar de ser em torno de si para ser na dinâmica de Jesus (Mc 1,18; 1,20); e igualmente buscar a vontade de Deus, captar suas exigências e realizá-la na história.

Não há como falar em evangelização hoje escamoteando os imperativos do seguimento de Jesus. Na dinâmica do discipulado, a evangelização deve interpelar a vida toda (EN 29), afirmar a "dignidade do homem e a libertação de todas as servidões e idolatrias" (Puebla 344; EN 30). Sua destinação é universal, ninguém encontra-se excluído de sua provocação (Puebla 362-3). Os pobres, todavia, merecem uma atenção preferencial: "são os primeiros destinatários da missão e sua evangelização é o sinal e prova por excelência da missão de Jesus" (Puebla 1142 e tb Lc 4,18). A opção pelos pobres, nos lembra Puebla, é medida privilegiada de nosso seguimento de Cristo (Puebla 1145).

A tarefa evangelizadora, que é afirmação da dignidade e cidadania dos empobrecidos, é também diálogo com a cultura do outro. A Igreja, em sua missão evangelizadora, "se sente enviada não para destruir mas para ajudar as culturas a se consolidarem em seu próprio ser e identidade" (4).

2. CEBs e evangelização

As Comunidades Eclesiais de Base exercem uma função protagônica no projeto-processo de uma Igreja dos pobres. Manifestam não somente o "amor preferencial da Igreja pelo povo simples" (Puebla 643) mas ajudam "a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres" (Puebla 1147). As pequenas comunidades constituem uma forte interpelação para toda a Igreja, enquanto apontam os valores fundamentais do Reino e do seguimento de Jesus: conversão à solidariedade com os empobrecidos, empenho com a causa da libertação integral em vista de uma sociedade igualitária, afirmação evangélica da vida etc. Não há como ser Igreja hoje em dia prescindindo desta interpelação evangélica. Isto não significa que as CEBs sejam o "modo de toda a Igreja ser". Mas elas representam "uma nova forma de ser Igreja" (5) que convoca toda a Igreja a ser conforme a perspectiva da Igreja dos pobres. Toda a pastoral paroquial tradicional, como igualmente os movimentos de Igreja são interpelados por este novo jeito de ser Igreja (6). Exige-se uma redefinição pastoral e uma sensibilidade crítica no sentido de atuação de uma dimensão que é

constitutiva da pregação do Evangelho: a ação pela justiça e a participação na transformação do mundo (7).

A grande novidade proporcionada pelas CEBs, como lembra o Documento da CNBB sobre o tema (1982), foi terem oferecido, "dentro da Igreja, um espaço para o próprio povo simples participar da evangelização da sociedade através da luta pela justiça" (8). Na dinâmica interna das comunidades, que suscita esta participação popular, dá-se um fenômeno de enorme importância: a irrupção da palavra, ou melhor ainda, a tomada da palavra. É, sem dúvida, uma iniciativa celular de rompimento do isolamento e condição de possibilidade da afirmação da cidadania dos pobres. A experiência de comunidade possibilita a tomada de consciência da dignidade e do valor dos pobres enquanto sujeitos sociais. Esta experiência é vivida "como um enriquecimento pessoal, uma intensificação de sua qualidade de sujeitos" (9). Ao lado da afirmação de sua dignidade, vão também os pobres nas CEBs abrindo-se para a dimensão comunitária. A comunidade emerge como espaço de reconstituição do tecido humano e social numa sociedade marcada pela "tessitura dissociativa" (10). A comunidade gera um clima de troca (partilha), afetividade, reconhecimento, convivência, sociabilidade e solidariedade. Clima este que confere identidade ao grupo e é base fundamental para emergência da consciência crítica. Os pobres em comunidade verificam que são comuns os problemas que os afligem,

que todos têm o mesmo valor e merecem o mesmo respeito. "Os indivíduos mais diversos tornam-se iguais na medida que sofrem a mesma carência. A igualdade da carência recobre a heterogeneidade das positivities (dos bens, das capacidades, do trabalho, dos recursos culturais). No movimento, face à mesma carência, todos se tornam iguais. E, agindo em conjunto, esses iguais vivem a experiência da comunidade" (11). É a partir desta percepção combinada da dignidade do sujeito e de uma carência coletiva que se desdobram as práticas efetivas em favor das transformações necessárias.

Em todo este processo dinâmico de construção da cidadania dos pobres vivido na experiência das Comunidades Eclesiais de Base, não se pode relegar um traço fundamental que é a dimensão de fé. Esta é a fonte de onde advém toda a força e a esperança dos pobres em comunidade. Dimensão considerada essencial na "conformação do universo motivacional" (12).

As Comunidades Eclesiais de Base não apenas suscitam a emergência de uma nova consciência e de uma nova práxis em âmbito público. Favorecem igualmente a afirmação da dignidade batismal dos pobres, ou seja, o reconhecimento dos pobres como portadores de valores eclesiológicos, como sujeitos eclesiais. A eclesiologia das CEBs está em profunda sintonia com a eclesiologia do Povo de Deus, confirmada de modo magnífico no Concílio Vaticano II, de modo particular no capítulo II da *Lumen Gentium*. Em primeiro plano situa-

se a igualdade fundamental do Povo de Deus (LG 2), a comunhão na mesma condição cristã, a riqueza comum de todos os batizados (LG 10). Revela-se a Igreja como comunhão (*koinonia*), continuamente suscitada e animada pelo Espírito. Igreja toda ministerial, voltada para o serviço e compromisso na história. Igreja que reconhece uma pluralidade de vocações, como formas diversas de participação no sacerdócio, realeza e profecia de Jesus Cristo. As Comunidades Eclesiais de Base, particularmente, reconhecem e valorizam esta diversidade de carismas e ministérios como meios de edificação de uma Igreja mais sinfônica e fraterna. Este reconhecimento da dignidade batismal dos pobres, dos carismas e ministérios na comunidade são sinais de vitalidade eclesial, que vão plasmando este novo jeito de ser Igreja e conformando-o com a rica e fontal experiência das primeiras comunidades cristãs descritas por Lucas nos Atos dos Apóstolos (At 2,42-47).

3. CEBs como recriação evangelizadora

a) As CEBs em processo de dinamização

Tendo nascido sobretudo a partir da segunda metade da década de 60, as Comunidades Eclesiais de Base assumiram uma função de grande importância tanto na redefinição da ação pastoral como igualmente na articulação dos movimentos populares. É natural, por um lado, que toda a dinâmica interna das pequenas comunidades suscite

uma descentralização da vida pastoral e uma maior participação popular no ser e no fazer Igreja. A "tomada da palavra" pelos pobres nas CEBs acontece como vontade crescente de participação das mesmas também nas decisões pastorais. Esta participação popular verifica-se igualmente como abertura para um trabalho mais político: "aumentando as lutas, membros das CEBs de diversos lugares passaram a atuar também em outras instituições, entrando em contato com sindicatos, associação de bairro, partidos etc. Na maioria dos casos foi desenvolvido todo um trabalho de 'oposição', para tentar transformar (ou criar novos) sindicatos e associações, que dessem uma maior ênfase às práticas cotidianas e à democracia de base" (13). Toda esta efervescência acontece sobretudo nos anos setenta e inícios de oitenta. As CEBs vivem neste período uma fase de grande crescimento.

O momento atual pode ser caracterizado como sendo de "transição pastoral" (14). Hoje, a pastoral popular, de modo particular as CEBs, encontra-se diante de uma realidade diversificada. O momento político atual evidencia uma situação de "extrema gravidade" (15). Uma crise que envolve todas as dimensões da sociedade. O clima geral é de grande ceticismo e desconfiança crescente do povo (16), corroborados pela emergência cotidiana de escândalos e corrupções envolvendo as elites e classes dirigentes. Em contrapartida, há o crescimento da consciência popular e a clarificação dos canais políti-

cos de atuação na sociedade civil. Com relação ao horizonte eclesial mais amplo, configura-se uma situação de restauração neo-conservadora não favorável à dinâmica criativa das Comunidades Eclesiais de Base (17).

Evidentemente a complexidade da nova configuração histórica e eclesial incide sobre a experiência das CEBs: "o avanço da consciência e das lutas leva muitos membros para outras atividades políticas, fato que pode ser considerado positivo, mas que coloca o problema de como as CEBs vão renovando suas forças e continuam dando sua contribuição específica. Muitos, ao contrário, saíram — ou não entram — por não aceitarem determinadas lutas ou considerarem enfraquecido o aspecto religioso" (18).

b) A emergência de novos desafios para a evangelização

É dentro deste quadro geral que devemos situar o tema da "transição pastoral" que envolve hoje as CEBs e recolocar a questão da recriação evangelizadora e seus desafios. Creio que uma reflexão pertinente a propósito das CEBs hoje em dia deve encaminhar-se na perspectiva de uma história aberta e não cristalizadora. Há sempre o risco dos triunfalismos ou da reificação idealizadora. Como bem assinala Luiz Alberto Gómez de Souza, "as CEBs não são um ponto de chegada, mas estão em criação e recriação permanente, tratando de superar suas limitações, descobrindo trilhas inesperadas. Há ainda muito que per-

correr, para evitar tentações simplificadoras (o terrível maniqueísmo que assedia todas as experiências), para saber articulá-las com outras mediações históricas (movimentos sociais, sindicatos ou partidos) e, sobretudo, para afirmar sempre mais claramente sua eclesialidade (no que tem de fiel ligação com a comunidade de Fé e não apenas em aspectos mais secundários de pontes com a estrutura de poder eclesiástico)" (19). É a sensibilidade aos "caminhos do real" que possibilita a atenção crítica face às possíveis simplificações, a recuperação das "pequenas coisas" do cotidiano e a abertura para horizontes inéditos.

Entre os inúmeros desafios que se apresentam atualmente à missão evangelizadora da Igreja, de modo particular para as CEBs, está o da *inculturação da fé*. "A evangelização inculturada é precisamente este diálogo da mensagem cristã com uma cultura concreta, ao nível de suas próprias raízes, de modo a articular fé e vida, e a permitir que esta cultura inspirada e transformada à luz do Evangelho, possa expressar a fé em seus próprios termos e possa configurar a vida em nível individual ou social, em consonância com esta fé, assumida pela cultura e tornada parte dela" (20). Na caminhada presente das CEBs esta questão vem sendo percebida como de grande importância. Não há como trabalhar na linha de libertação dos empobrecidos eludindo a dimensão da cultura ou considerando-a como algo descartável ou supérfluo. Ignorar a cultura ou o saber popular é uma das for-

mas concretas de alimentar a sujeição e dominação dos empobrecidos.

A história do encontro entre Evangelho e cultura nem sempre ocorreu de maneira tranqüila e dialogal. Não foram poucos os casos em que os mensageiros do Evangelho usaram de violência para impor sua verdade (21), confirmando mais uma vez a dolorosa faceta do etnocentrismo, que tem sólidos fundamentos psicológicos (22). Não é nada fácil a experiência do encontro com o diferente. Na realidade, a diferença é vista como algo que ameaça e fere nossa identidade cultural. O outro não pode desfrutar de sua palavra, de sua vida, de sua cultura. Parafraseando Roberto da Matta, o agente evangelizador atua muitas vezes como o último elo do projeto colonizador: que após a rapina dos bens, da força de trabalho e da terra, seqüestra agora os valores, os símbolos da vida e a cultura do outro (23).

Toda esta constatação vem novamente colocar em evidência a pergunta fundamental que deve animar a nossa ação pastoral: "como evangelizar através de um diálogo e testemunho de vida que chegue ao 'outro' (pessoa, povo ou grupo social), em seu mundo e em sua ótica própria?" (24). Como traduzir a mensagem evangelizadora para um distinto universo simbólico, sem cair na tentação racionalizadora de logo enquadrá-lo num degrau de categoria inferior? São desafios que fazem emergir para o agente evangelizador a consciência da diversidade cultural e de sua complexidade. Só é de fato capaz de che-

gar ao outro aquele que consegue fazer a experiência do próprio limite, a experiência do mistério, a experiência do esvaziamento: ser capaz de não se apegar ciosamente ao "império do mesmo", mas ir ao encontro do desafio do humano (Fl 2,6-7). Não se quer com isto abafar a pertinência e a originalidade essencial da palavra evangelizadora, mas situar em novas bases a tensão dinâmica entre a fidelidade ao Evangelho e o conhecimento e respeito pela cultura do outro (25). O nosso "falar" deve partir do momento do "calar", que é escuta e aprendizado no horizonte da alteridade: que propicia o elemento imprescindível que é o "diálogo de culturas" (26).

Ainda na perspectiva aberta pelo desafio anterior, podemos também situar a questão do encontro com a *religião popular*, que vem suscitando na experiência das CEBs uma série de problematizações. Subestimada durante muito tempo, tanto na prática pastoral como na reflexão teológica, a religião popular começa lentamente a ser valorizada e respeitada em sua fecundidade vital (27). Há nesta questão da religião popular e de sua articulação com a pastoral popular um "nó" relacionado com o racionalismo pastoral e sua tensão com o universo simbólico popular. Somos herdeiros do racionalismo, não nos esqueçamos! Verifica-se na prática pastoral uma dificuldade, a nível antropológico, de compreensão do universo simbólico popular. A preocupação mais forte vai no sentido da racionalidade operativa transformadora. Muitos agentes de pas-

toral vivem divididos entre a sensibilidade à cultura popular e a responsabilidade de não promover ou apoiar a alienação. O racionalismo pastoral que opera na lógica da responsabilidade histórico-libertadora causa em muitas experiências concretas dificuldades a nível popular. Há em casos concretos uma inversão simbólica: por um lado a entrada do simbolismo social (por ex: inovações inseridas nas devoções e celebrações tradicionais — sinais, gestos, faixas, cartazes, dramatizações); por outro, a forma pejorativa de tratar o universo simbólico popular. Isto causa "perturbações" para muita gente, embora nem sempre seja explicitado (28). A questão da hemorragia de certos animadores de CEBs e sua busca de outras experiências religiosas (como por ex. o pentecostalismo) deve ser igualmente situada com relação à problemática do racionalismo pastoral. Muitos participantes de comunidade sentem dificuldade de entender esta nova linguagem, este novo simbolismo.

Em determinadas experiências de base brasileiras há hoje uma preocupação decisiva com a questão da *espiritualidade*. Na Grande Avaliação da Arquidiocese de Vitória isto ficou bem evidenciado (29). Há uma necessidade sentida em toda parte de abrir maiores espaços e aprofundar a experiência da oração pessoal e comunitária. Não são poucos os agentes de pastoral que manifestam dificuldade de se situar com relação à oração. A Oração do agente, dada a amplitude de seus compromissos e interesses, fica relegada a um momento raro e,

quase sempre, discursivo. Há um predomínio da razão organizativa e conscientizadora ("o que não é racional não é real"). A espiritualidade fica reduzida à racionalidade pastoral (30). Dificuldade esta que repercute também na própria liturgia comunitária: muitas vezes fria, cerebral e superficial. Hoje procura-se retomar o contato com esta rica experiência: "cuidar da oração é olhar de novo a raiz de nossa vida, de nossas opções e trabalhos e garantir a saúde da árvore inteira" (31). É uma experiência fundamentalmente integradora, que propicia um clima essencial a qualquer prática libertadora. É a experiência da gratuidade, de encontro amoroso com Deus, de intimidade com o Senhor (Jo 1,39), que descortina para os agentes "embriagados do desejo da história", uma faceta que extrapola a lógica da eficácia: que é alegria e liberdade interior, expressão de plenitude de vida. A valorização da experiência da gratuidade significa igualmente reencontrar a dimensão de fé tão significativamente presente na vida do povo: dimensão que é conformadora de toda a perspectiva de sua luta.

Os agentes de pastoral, marcados pelo crivo da racionalidade eficiente e pela lógica cartesiana (das distinções claras e precisas), manifestam dificuldade em entender o jogo da complementariedade religiosa a nível popular. No âmbito da antropologia, Roberto da Matta chamou a atenção para este aspecto da complementariedade religiosa (32). A diversificação e combinação de práticas religiosas populares é viven-

ciada como ampliação das possibilidades de proteção. Neste sentido, não são concebidas como excludentes. Para o povo simples é complicada a idéia de oposição entre a religião popular e a religião erudita. Esta relação de complementariedade religiosa a nível popular gera em muitos casos situações concretas de conflito com o horizonte cartesiano dos agentes.

Um outro desafio que se apresenta hoje à evangelização refere-se à *questão elite/massa* na pastoral popular. Em geral o trabalho efetuado pelas CEBs direciona-se a pequenos grupos e a pertença à comunidade pressupõe certo nível de promoção: "as CEBs, apesar de serem as que mais têm contato com a massa dos despossuídos, sempre tiveram dificuldade para aproximar-se daqueles — não são poucos — que estão no último degrau da sociedade, populações marginalizadas de tudo, carentes, indigentes" (33). Se, por um lado, as CEBs manifestam uma inegável capacidade de formar e articular comunidades, de preparar militantes, fica ainda em aberto sua capacidade de influenciar o comportamento das massas (34). Talvez resida aqui uma das limitações presentes em certas análises tecidas sobre as CEBs, que exorbitam o campo de exercício e influência real das mesmas. Na realidade, ainda é pequena a parcela de população efetivamente engajada na experiência (35). É verdade que as comunidades, em situações de mobilização concretas, chegam a congregar um número bem significativo de pessoas, mas que tende a refluir na vida normal da comuni-

dade. O momento particular do trabalho cotidiano das CEBs é animado sobretudo por uma pequena "elite popular" que se percebe como missionária. "O chamamento, o despertar a motivação (e a persistência dela) são coisas complicadas. Por que apenas alguns poucos permanecem? E por que são eleitos? Um pouco é assim que se percebem: como 'eleitos'; ou seja, um grupo diferenciado que teve condições de perceber a relevância da mensagem religiosa e envolver-se mais profundamente nela" (36). A questão que vem desafiar as comunidades no presente momento é a urgência de abertura para o horizonte dos empobrecidos, ou seja, trabalhar e aprofundar ainda mais o desafio da opção pelos pobres, da Igreja dos pobres. E isto não acontecerá senão mediante uma adequação de linguagens e captação dos problemas que tocam o dia a dia das massas empobrecidas. Esta abertura é dificultada em casos concretos por atitudes de "arrogância pastoral" (que é *hybris* totalitária), de fechamento ou radicalismo de certos líderes de comunidade (37). Não são poucos aqueles que em decorrência de uma nova consciência, linguagem e engajamento acabam descolando-se da base popular (38). Determinados animadores ou agentes, munidos de uma "linguagem diferenciada", nem sempre conseguem envolver ou cativar as pessoas que não estão no mesmo compasso. Estes questionamentos suscitam mesmo uma reavaliação da estrutura interna da pastoral popular, sobretudo a questão do pluralismo interno e os canais de participação. Não pode haver cresci-

mento na comunidade sem o reconhecimento da legitimidade de diferentes formas de inserção pastoral. A caminhada da comunidade não se constrói na discriminação de certas pastorais e na arrogância de uma linguagem depreciativa com aqueles que não partilham do mesmo ritmo ou intensidade ação pastoral. "Devemos reconhecer que existem, dentro da própria pastoral popular, diferentes pontos de vista e linhas de ação. Isso pode assustar, porque o caráter totalizante da fé desliza, facilmente, para o totalitarismo da verdade única" (39).

Outras questões poderiam ter sido apontadas no curso deste artigo, como é o caso do desafio da *laicidade* e todas as suas implicações concretas: toda a problemática da evangelização e o reconhecimento da autonomia das realidades terrestres (GS 36); a dificuldade da Igreja (comunidade) em acompanhar os problemas e questões colocados pelos leigos militantes nos movimentos populares e/ou nos partidos políticos, bem como alimentar suas expectativas à luz da fé (40). Igualmente importante, o desafio da relação *evangelização e negritude*, motivo da atenção da CNBB na última Campanha da Fraternidade. E assim por diante. Centramos o foco de nossa reflexão em alguns tópicos bem particulares, que nos parecem significativos no presente momento de nossa prática pastoral. Trata-se de um primeiro e aproximativo levantamento de questões, percebidas ao longo do trabalho de assessoria pastoral, que permanece aberto a novas indagações e "surpresas" da história.

(1) COMBLIN, José. A nova evangelização: depois de 500 anos. **REB**, 47 (185): 174-175, 1987. (2) CASTILLO, Jose M. **El seguimiento de Jesus**. Salamanca, Sígueme, 1986, p. 15-28. (3) SOBRINO, Jon. **Cristologia desde America Latina**. Mexico, Ediciones Crt, 1977, p. 116. Ver igualmente: NEUTZLING, Inácio. **O Reino de Deus e os pobres**. São Paulo, Loyola, 1986, p. 217-226; MORENO REJON, Francisco. **Teologia moral a partir dos pobres**. Aparecida, Santuário, 1987, p. 187. (4) Documento de Puebla, 425; CNBB. **Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura**. São Paulo, Paulinas, 1988, nº 251-3 (Documentos da CNBB, 40). (5) CNBB. **Comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil**. São Paulo, Paulinas, 1982, nº 79 (Documentos da CNBB, 25). (6) Ibidem nº 51. (7) A JUSTIÇA no mundo. Documento do Sínodo dos bispos — 1971. Petrópolis, Vozes, 1972, nº 6 (Documentos Pontifícios, 184). (8) CNBB. **Comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil**, nº 63. (9) DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos sociais: a construção da cidadania. **Novos Estudos CEBRAP** (10): 28, 1984. (10) CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. A Igreja do povo. **Novos Estudos CEBRAP** (2): 52, 1982. Ver também: PETRINI, João Carlos. **CEBs: um novo sujeito popular**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 16; CARDOSO, Ruth. Duas faces de uma experiência. **Novos Estudos CEBRAP** (2): 56-57, 1982. (11) DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos sociais..., p. 28. "De certa maneira, configura-se um espaço de troca onde todos podem se sentir úteis, e melhorando juntos. Rompe-se, portanto, o isolamento, a sensação de inutilidade e, deixando de lado a idéia de que nada há para fazer, realimenta-se a esperança, desenvolvendo-se nas pessoas uma nova motivação e um novo campo de expansão da afetividade": MACEDO, Carmen Cinira. **Tempo de gênese; o povo das comunidades eclesiais de base**. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 173. Igual-

mente interessantes as colocações desta autora a propósito da cidadania das mulheres na experiência das CEBs. Op. cit., p. 161 e 166-170. (12) ASSMANN, Hugo. Quando a vivência da fé remexe o senso comum dos pobres. **REB**, 46 (183): 565, 1986. "Os cristãos pobres, que lutam, sabem muitas coisas sobre o que, sofisticadamente chamamos a experiência da transcendência no interior da história; sabem que a espiritualidade é uma dimensão essencial do engajamento político autêntico; não se chocariam se alguém lhes dissesse que só a santidade produz efeitos políticos irreversíveis": Ibidem, 568. (13) PERANI, Cláudio. Novos rumos da pastoral popular. **Cadernos do CEAS** (107): 38, 1987. Este autor é, sem dúvida, um dos mais lúcidos analistas que trabalham o tema das CEBs hoje no Brasil. Concorro plenamente com a opinião de Ralph Della Cava, descrita em seu artigo: A Igreja e a abertura: 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo & MAINWARING, Scott. **A Igreja nas bases em tempo de transição** (1974-1985). Porto Alegre, L&PM/CEDEC, 1986, p. 33. (14) PERANI, Cláudio. Novos rumos da pastoral popular, p. 39. (15) CNBB. **Igreja: comunhão e missão...** nº 189. (16) Ibidem, nº 191. (17) TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **A fé na vida; um estudo teológico-pastoral sobre a experiência das CEBs no Brasil**. São Paulo, Loyola, 1987, p. 246-258; LIBÂNIO, João Batista. **A volta à grande disciplina**. São Paulo, Loyola, 1983; ZIZOLA, Giancarlo. **La restaurazione di papa Wojtyla**. Roma-Bari, Laterza, 1985; DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a abertura, 1974-1985. In: Op. cit., p. 36-39; MAINWARING, Scott. Progressistas da Igreja perdem terreno. **O Globo**, 5 de junho de 1988, p. 8 (entrevista). (18) PERANI, Cláudio. Novos rumos da pastoral popular, p. 39. (19) SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Prólogo ao livro de Faustino Luiz C. Teixeira: **A gênese das CEBs no Brasil; elementos explicativos**. São Paulo, Paulinas, 1988. Ver ainda: SOUZA, Luiz A. Gómez de. O lento e pe-

noso aprendizado da prática democrática. **REB**, 46 (183): 598-599, 1986. (20) AZEVEDO, Marcello. **Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé**. São Paulo, Loyola, 1986, p. 359-360. (21) CNBB. **Igreja: comunhão e missão...** nº 33. (22) LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e história**. In: **Raça e Ciência I**. São Paulo, Perspectiva, 1970, p. 236s; ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. 3 ed. São Paulo, Brasiliense, 1986. (23) DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 158. Da Matta fazia ali referência não ao agente evangelizador mas ao etnólogo. (24) CNBB. **Igreja: comunhão e missão...** nº 251. (25) CNBB. **Igreja: comunhão e missão...** nº 228. Entretanto, não podemos encarar a cultura como algo fixo e cristalizado, mas como uma realidade dinâmica e em movimento histórico. Mas nem sempre na lógica evangelizadora deixa-se o tecido social se arrumar. (26) CNBB. **Igreja: comunhão e missão...** nº 228. (27) AZEVEDO, Marcello. **Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé**. p. 135 n. 7; TEIXEIRA, Faustino Luiz C. **A fé na vida**. p. 236-241. Creio que mesmo na teologia da libertação este tema da Religião popular merece ser melhor compreendido e trabalhado. Parece-me um pouco exagerado afirmar que esta temática já venha sendo de fato valorizada em toda a sua fecundidade na teologia da libertação, como dá a entender o documento 40, da CNBB: **Igreja: comunhão e missão...** nº 237. (28) LIBÂNIO, João Batista. CEBs: Igreja em busca da terra prometida. **REB**, 46 (183): 496-498, 1986. "Há uma primazia da lógica racionalista na sociedade ocidental que foi conquistada em oposição à lógica simbólica e ao discurso religioso. (...) Seu canto de sereia é a eficiência, o progresso, a racionalidade. Ao penetrar no espaço do religioso, a lógica racional destrói as dimensões da gratuidade, da tradição e do simbólico. A 'função religiosa do religioso' é dissolvida na função política. As festas, romarias, procissões, celebrações, Bíblia etc., são recuperadas numa ótica racional e instrumentalizadas em fun-

ção do projeto político. (...) A instrumentalização dos símbolos religiosos, que se dá através de um processo de recuperação, reificação ou resignificação, na lógica da racionalidade política, desfaz o que as CEBs têm de mais revolucionário: sua lógica simbólica, que articula o discurso do desejo e da utopia": STEIL, Carlos Alberto. A força revolucionária do religioso nas CEBs. **Tempo e Presença** (17): 19, 1987. (29) ARQUIDIOCESE de Vitória. **Opções e diretrizes pastorais da Igreja de Vitória**. São Paulo, Paulinas, 1987, nºs 64 e 128. (30) A propósito desta questão ver: SOUZA, Marcelo de Barros. A oração pessoal e litúrgica na caminhada popular. Mimeografado, 1988; BETTO, Frei. Oração: uma exigência (também) política. **REB**, 42 (167): 444-455, 1982. (31) SOUZA, Marcelo de Barros. A oração pessoal..., p. 1. (32) DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil Brasil?** Rio de Janeiro, Rocco, 1986, p. 115-116. (33) PERANI, Cláudio. Novos rumos da pastoral popular. p. 39. Ver ainda: COMBLIN, José. **O Espírito Santo e a libertação**. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 51 e 125; Id. Os leigos. **Comunicações do Iser** (26): 33-34, 1987; **Opções e diretrizes pastorais da Igreja de Vitória**, nºs 59 e 116. (34) OLIVEIRA, Pedro Assis Ribeiro de. Comunidade e massa: desafio da pastoral popular. **REB**, 44 (174): 288, 1984. (35) MACEDO, Carmen Cinira. **Tempo de gênese**. p. 178; COMBLIN, José. Os leigos. p. 33. (36) MACEDO, Carmen Cinira. **Tempo de gênese**. p. 179. (37) Muito sugestivas as colocações de Nancy Mangabeira a respeito do projeto de dominação e tiranização do real que tem na hybris sua virtude máxima: O propósito da servidão. **Cadernos do Iser** (18): 45-57, 1986; Id. Repensando o político. **Caderno de formação para militantes**. Pastoral de juventude rural — RS (nº 3). (38) PERANI, Cláudio. Os novos rumos da pastoral popular. p. 39-40; TEIXEIRA, Faustino Luiz C. **A fé na vida**. p. 235-236; **Opções e diretrizes pastorais da Igreja de Vitória**, nº 125. (39) PERANI, Cláudio. Os novos rumos da pastoral popular. p. 44. (40) CNBB. **Igreja: comunhão e missão...** nº 151. □

O RETIRO ESPIRITUAL

Retiro "coletivo" congregacional nos moldes anteriores ao Vaticano II? Ou retiro intercongregacional "coletivo"? Retiro-Seminário com grupos e plenários, retiro "incarnacional"? Ou retiro orientado e orientado-personalizado? Sempre, Deus precisa ser livre para ser Deus.

Pe. Patrick J. Leonard, CSSp

Rio de Janeiro, RJ

Nestes últimos anos cresceu muito a variedade de retiros oferecidos aos sacerdotes, religiosos e leigos. O "retiro anual" é uma instituição já bem antiga nas Congregações e Dioceses. Muitas Constituições prescrevem também um dia de retiro por mês e um "tríduo" no fim do ano ou durante o Carnaval.

O "retiro anual" juntava todos ou quase todos os membros duma Província ou Diocese. A direção do retiro era entregue ao "Padre Pregador": geralmente um religioso de certa idade, com renome neste campo. Algumas Congregações especializavam-se na formação de pregadores de retiro, p.e., Redentoristas, Passionistas, Vicentinos. O Padre Pregador dava três ou quatro "práticas" por dia, celebrava a Missa e atendia as Confissões. A escolha do tema ficava ao critério dele, a não ser quando o(a) Superior(a) insinuava que, devido a certo relaxamento, seria bom tratar mais explicitamente de certa área da vida

religiosa. Para religiosos, uma palestra sobre cada um dos três votos era quase obrigatória. A duração do retiro variava entre quatro dias para os diocesanos e oito dias para os religiosos.

Depois do Vaticano II, no Brasil, em grande parte pela influência da CRB, foram sendo introduzidos gradativamente os "retiros intercongregacionais". Juntavam-se membros de várias congregações, até, às vezes, sem distinção de sexo, para um retiro pregado. Os grandes centros de espiritualidade (p.e. Vila Kostka, em Itaici) também começou a promover retiros para uma grande variedade de pessoas, inclusive para bispos, sacerdotes diocesanos e leigos. A fórmula geralmente era a mesma do "retiro anual": duas ou três palestras por dia com prolongados períodos de silêncio para a oração.

Na mesma época, por causa do grande interesse pela pastoral e pela "Igreja local" suscitado pelo Vati-

cano II e o "Plano de Emergência" da CNBB, os temas do "retiro anual" começaram a mudar. Na década de '70 os retiros muitas vezes pareciam mais seminários ou reciclagens de pastoral. Os pregadores geralmente eram pessoas bastante engajadas na Pastoral e as palestras giravam sobre assuntos pastorais ou da realidade econômico-social. Depois de breve período de reflexão individual, os participantes reuniam-se em grupos para debater cada tema. Seguia-se um plenário para expor o resultado da reflexão — a "ressonância". Os religiosos vigários geralmente sofreram pressão para participar do retiro diocesano, como sinal de maior inserção na Igreja local. Muitas vezes o retiro tornou-se momento forte de convivência fraternal, com as conversas prolongando-se até altas horas da noite. Dava para sentir um clima de resistência à oração individual e à "transcendência" como sendo "alienantes", dando-se enfoque ao "horizontal", "incarnacional" e "comunitário".

Aos poucos, na mesma década, começou a ser providenciado outro tipo de retiro: o retiro "orientado" ou "dirigido". Neste, uma equipe de padres e irmãs prontifica-se a atender individualmente os participantes. Membros de várias congregações podem participar, e a duração varia entre cinco e trinta dias. Dependendo do número de orientadores e participantes, o atendimento pessoal é feito diariamente ou de dois em dois dias. A duração da conversa também varia entre 20 e 40 minutos. Geralmente o líder

da equipe dá uma ou duas palestras por dia, incluindo uma orientação nos "métodos" da oração pessoal. Os participantes às vezes reúnem-se em pequenos grupos para partilhar sua oração, ou deixa-se um espaço, na celebração da Eucaristia, para tal partilha. O assunto principal da entrevista é a oração do participante durante o dia anterior. O silêncio é muito valorizado, e quem não agüenta ficar tanto tempo em silêncio é aconselhado a não inscrever-se. Se algum participante começar a atrapalhar o silêncio dos outros, pode ser convidado a retirar-se. Quem teve a experiência dum retiro orientado bem feito geralmente não deseja voltar a participar de pregado. Os três mil religiosos que passaram pelos cursos da CRB Nacional: CETESP, CERNE, PROFOCO nestes últimos doze anos, todos tiveram a experiência dum retiro orientado de oito dias. Mais de 200 deles já fizeram o retiro de trinta dias em Itaici. Muitos passaram a ser orientadores de retiro.

Uma modalidade do retiro orientado que começou a ser oferecida recentemente é o "retiro orientado personalizado". Este é feito sem palestras, e toda a orientação é dada individualmente. Pode haver uma equipe de orientadores, cada um com no máximo sete orientados. Os participantes têm uma conversa de 30 a 50 minutos com o orientador de cada dia. O assunto da conversa é a evolução do relacionamento orientado com Deus e a experiência de Deus vivida na oração do dia anterior. Já que cada pes-

soa tem um relacionamento com Deus, diferente de todas as outras, e está experimentando uma caminhada individual, o orientador simplesmente acolhe o orientado onde está e caminha com ele ao ritmo do relacionamento. Certas etapas são comuns a qualquer relacionamento entre pessoas e podem ser reconhecidos: altos e baixos, momentos de maior ou menor intimidade e aproximação, etc. Mas não existe nenhum "projeto" para o retirante — muito menos para Deus! A contribuição maior do orientador é uma escuta atenta, amorosa, respeitosa: enfim, uma "contemplação" da caminhada do outro. Este clima de atenção ajuda o participante a escutar-se, a reconhecer seus sentimentos, a experimentar de novo o que experimentou durante seu encontro com Deus. Os dois — orientador e orientado — ficam atentos ao sopro do Espírito atuando em cada um, que pode inspirar um texto do evangelho a ser contemplado, um sentimento a ser aprofundado, um evento a ser re-vivido, um chamado a ser discernido. Dispensam-se leituras e listas de textos. No máximo, o orientando é encorajado a dar uma lida nas leituras litúrgicas do dia. Assim cada membro do grupo de orientados fica livre para seguir o seu ritmo, sem distrações. Os participantes encontram-se somente na hora da Missa, quando pode haver uma breve partilha. Nestas partilhas o que mais impressiona é como Deus respeita as pessoas, amando e aceitando cada um onde e como está; como ele convida, encoraja, seduz na di-

reção de mais liberdade, fraternidade, amor. A partilha assim anima o ouvinte a continuar sua caminhada pessoal.

O retiro personalizado exige uma boa dose de fé da parte do orientador. É preciso ficar atento para que seus preconceitos, sentimentos, projetos não atrapalhem o projeto de Deus. Deus tem que ser deixado completamente livre para ser Deus. Mas o orientador acredita que quando Deus encontra-se com uma pessoa disposta a crescer, ele nunca deixa de ser um Deus libertador.

O primeiro momento desta libertação pode ser bastante íntimo e vertical. Consiste numa "libertação de": do medo, do pecado, da raiva (até com o próprio Deus), dos preconceitos, de falsas imagens do Pai ou de Jesus Cristo ou Maria; duma falsa idéia da "vontade de Deus". Mas logo em seguida entra o aspecto horizontal: uma "libertação para": para o seguimento de Cristo, para o serviço ao próximo, para a vida da comunidade, da Igreja, do mundo. É isto que salva o retiro orientado personalizado, do perigo de desenvolver um relacionamento intimista ou desencarnado com Deus. Mas não é tarefa do orientador levar o orientado a fazer qualquer "opção". É o próprio Espírito de Deus que inspira as opções e que dá a coragem de dizer "Sim". É a experiência de ser amado incondicionalmente por Deus que nos liberta e nos encoraja a dar nossa resposta de amor: amando como Jesus amou — e aceitando as consequências. □



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de outubro de 1988

Há momentos na história das instituições em que se configuram situações e alternativas que condicionam seu futuro, por longo tempo, semeando conseqüências importantes e duradouras. **Vivem a Igreja e a Vida Religiosa** nela um momento típico dessa perdurável condicionalidade sobre seu vir-a-ser. Tal ocorre porque nos defrontamos com este problema de suprema relevância, uma **NOVA Evangelização** para o trânsito destes para os próximos século e milênio.

Estão em jogo nesta **NOVIDADE** diferentes perspectivas que não transigem facilmente em se ordenar numa visão unitária. Mas, certamente, a **NOVA Evangelização** enfeixará, como preliminar e pré-requisito medular, a capacidade de reverter o processo orientador da Evangelização anterior e a ousadia de lançar racionalidade onde as referências culturais mais estáveis foram destituídas. Prioridade, no entanto, não é exclusividade. E, ademais, uma **Evangelização NOVA**, fundadora de um cristianismo NOVO, despido de sua história com seus vícios e virtudes, é um **sonho construído para frustrar a si próprio**. Um sonho BOM que já traz em si um pesadelo.

"Evangelizar é mais FAZER do que DIZER". O cristianismo pertence, primeiro, à ordem dos fatos, só depois, à dos preceitos. A palavra o facilita, jamais o materializa. Hoje **o cristianismo e a Vida Religiosa são desafiados, exatamente, em sua prática**, ou seja, na carência de coragem e coerência para comportar-se, até o fim e até o fundo, pelo que pensam e pelo que falam. Veracidade e eficácia se comprovam quando se faz. O mundo hoje desdenha o discurso vazio, como inatualidade patética, e parece dizer-nos: **Cessem as palavras. Venham os fatos!** O Evangelho não se prega por conceitos claros das categorias humanas, mas pelo testemunho vivo do exemplo. NOVA não será a Evangelização se incondicionada à prova dos fatos aderentes à sensibilidade dos caminhos do real.

Aqui está, parece-me, a vulnerabilidade maior da primeira Evangelização: o **EXCESSO** de retórica, de doutrinação cerebral, de irrealismo teórico, de preponderância conceitual, de ortodoxia verbal, enfim, de racionalismo pastoral, e a **MÍNGUA** de atos e fatos, de visibilidade, de efetiva concretização vivencial. Quão insondáveis os caminhos que unem a teoria à prática! Vão além da razão. Não desprezo a teoria. Pelo contrário, postulo, por um lado, **a rejeição da idolatria da prática cega** e, por outro, a implementação do discurso com iniciativas tangíveis. Reconheço, ainda, que a diferença entre o modo como cada um aparece existencialmente e aquilo que afirma ser nunca desaparece. Nem tudo é sempre como se quer.

Mas as **PALAVRAS** o próprio vento as leva para longe. Verba volant e voam tanto mais depressa quando os fatos se encarregam de desmenti-las. O fato profético de evangelizar, de cajado na mão e sandálias nos pés, envolve constitutivamente o comprometimento do mensageiro com o anúncio. **Só uma teoria BEM VIVIDA pode ensinar a viver bem, doando-se até doer**. Evangelizar sem testemunhar é máquina de escrever sem fita. Faz barulho mas não produz escrita. A persistir a velha parêmia, a teoria na prática é diferente, a **NOVA Evangelização** já começa perdendo raízes e, incapaz de durar sem envelhecer, revelará aos pósteros mais incompetente e menos eficaz do que sua predecessora.

Para nós Religiosos(as), uma **NOVA Evangelização** impõe reacender no espírito, com profundo insight, a fidelidade criativa e a audácia de nossos Fundadores, sem as quais não se desenha o futuro com imaginação nem se sonha coletivamente mas se vive apenas improvisações singulares, no risco certo da mímica, da dublagem, do desperdício de gesticulação, do videoteipe, do replay. Há **sinais alentadores que bailam como utopias alimentando de esperança o tempo presente**. Uma instituição sem utopia marcha para a alienação e a insensatez. A utopia, sonho impossível no todo, viável na parte, é princípio dinâmico de vida. **Para nós Religiosos(as)**, a NOVA Evangelização reivindica consciência aguda e crítica para captar os sinais presentes, interpretá-los e, com eles, iluminar o futuro.

Desejando-lhe toda paz e todo bem, com sempre renovada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente

PE. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator-Responsável